

ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DE GINETES



PROJETO CURRICULAR DE ESCOLA

ANO LETIVO 2017 - 2018



Conteúdo

Introdução	5
1. Fundamentação Legal	6
2. Núcleos Escolares Da Unidade Orgânica	7
3. Órgãos De Administração E Gestão	8
4. Calendário Escolar 2017/2018	10
5. Horário Letivo	11
6. Critérios De Constituição De Turmas/Horários.....	12
6.1 Critérios De Elaboração De Horários.....	16
7. Critérios De Distribuição Do Serviço Letivo	17
7.1. Critérios Gerais.....	17
7.2. Critérios Específicos	18
7.3. Distribuição/Ocupação Da Componente Não Letiva De Escola	18
7.4 Critérios De Nomeação Dos Diretores De Turma	19
7.5 Desdobramentos E Pares Pedagógicos	20
8. Princípios Orientadores Da Ação Pedagógica Da Escola	21
8.1. O Currículo Regional Da Educação Básica (Creb)	21
8.2. Metas Curriculares	22
8.3. Opções Curriculares	22
9. Matrizes Curriculares	24
9.1 Pré-Escolar	24
9.2 1º Ciclo.....	25
9.3 2º Ciclo.....	26
9.4 3º Ciclo.....	27
9.5 Programa Oportunidade II.....	28



9.6 Programa Oportunidade III /Profissionalizante	29
9.7 Matrizes Curriculares Das Turmas Do Regime Educativo Especial	30
9.8 Curso – Programa Formativo De Inserção De Jovens – Profij- Nível Ii – Tipo 2.....	36
10. Atividades De Enriquecimento E Complemento Curricular.....	40
10.1 Atividades De Complemento Curricular/Clubes	42
10.2 Orientações E Normas De Enquadramento Das Visitas De Estudo E Atividades De Complemento Curricular	43
11. Serviços Especializados De Apoio Educativo	43
12. Apoio Educativo	44
12.1 Pré-Escolar	44
12.2 1º Ciclo.....	44
12.3 2º E 3º Ciclos	45
13. Avaliação.....	46
13.1 Critérios Gerais De Avaliação.....	47
13.2 Critérios Específicos De Avaliação.....	47
13.3 Instrumentos De Avaliação.....	48
13.4 Modalidades De Avaliação.....	49
13.5 Formalização Da Avaliação	52
13.5.1 Educação Pré-Escolar:	52
13.5.2 Formalização Da Avaliação Sumativa	52
13.6 Procedimentos Da Avaliação	54
14. Condições De Transição E Aprovação	55
14.1 Educação Pré-Escolar	55
14.2 - 1º Ciclo Do Ensino Básico	57
14.3 - 2.º E 3ºciclos Do Ensino Básico	57
14.4 Profij	59



14.5 Avaliação E Duração Do Programa Oportunidade	60
14.6 Avaliação Dos Programas Do Regime Educativo Especial	61
15. Formação	63
16. Divulgação Do Projeto Curricular De Escola	64
17. Acompanhamento E Avaliação Do Projeto Curricular De Escola	64
Anexos.....	66
Anexo 1	67
Anexo 2	74

INTRODUÇÃO

O projeto curricular de escola (PCE) constitui, a par do projeto educativo (PEE), do regulamento interno (RI) e do plano anual de atividades (PAA), um instrumento de autonomia das unidades orgânicas.

De acordo com o estipulado n.º 2 do artigo 19.º do Decreto Legislativo Regional nº13/2013/A, de 30 de agosto, “a autonomia tem como principal objetivo a promoção do sucesso educativo dos alunos, a melhoria dos resultados escolares e a prevenção do abandono escolar”. Neste sentido, o Projeto Curricular não pode ser um documento estanque e acabado mas antes um instrumento útil e profícuo, que vai sendo avaliado e reformulado anualmente, numa busca constante para melhorar a sua ação com vista ao sucesso educativo dos alunos.

O PCE da EBI de Ginetes foi, assim, construído com o intuito de operacionalizar o Projeto Educativo de Escola (PEE), tendo em consideração os objetivos aí estabelecidos, visando a melhoria dos resultados escolares e o sucesso educativos dos alunos; neste contexto, o PCE teve ainda em conta o conjunto de estratégias e medidas estabelecidas no Plano Integrado de Promoção do Sucesso Escolar (ProSucesso) da unidade orgânica.



1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

No âmbito da autonomia da unidade orgânica, é estabelecido o Projeto Curricular de Escola, de acordo com a alínea r) do art.º 3.º do Decreto Legislativo Regional n.º 13/2013/A, de 30 de agosto (Regime de criação de autonomia e gestão das unidades orgânicas do sistema educativo regional).

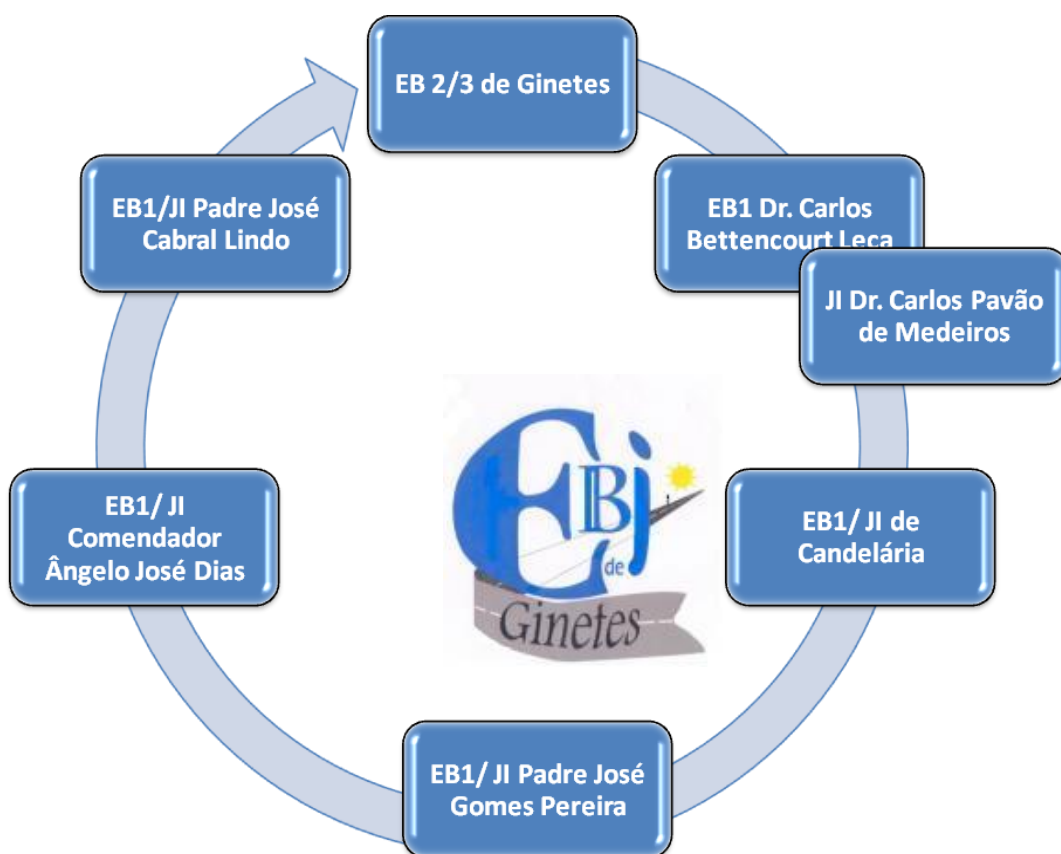
O Projeto Curricular de Escola (PCE) é, assim, o documento que «estabelece as orientações curriculares a seguir pela unidade orgânica em matéria de desenvolvimento curricular, avaliação e gestão pedagógica dos alunos».

O PCE respeita o Decreto Legislativo Regional nº 21/2010/A, de 24 de junho, que estabeleceu os Princípios orientadores da organização e da gestão curricular da educação básica para o sistema educativo regional, assim como o Decreto Regulamentar Regional nº 17/2011/A, de 2 de agosto, que estabelece o conjunto de competências-chave e aprova o referencial Curricular para a Educação Básica na Região Autónoma dos Açores.

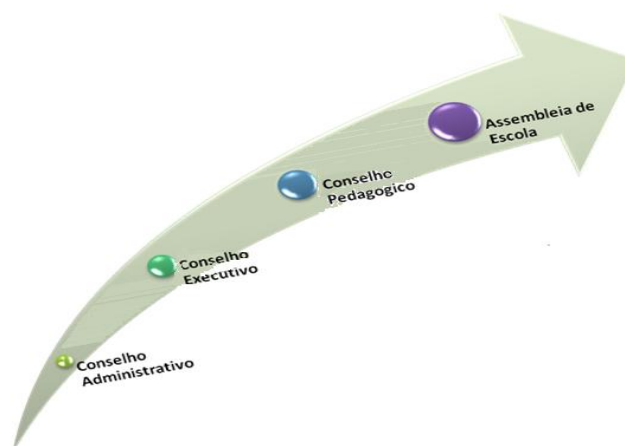
Na elaboração do PCE, foram ainda consideradas as Metas Curriculares aplicáveis aos currículos do ensino básico e secundário, aprovadas pelo Despacho n.º 10874/2012, de 10 de agosto.

2. NÚCLEOS ESCOLARES DA UNIDADE ORGÂNICA

A EBI de Ginetes situa-se numa zona rural, a cerca de 25 Km de Ponta Delgada, e integra cinco núcleos escolares, localizados nas freguesias de Feteiras (EB1/JI Padre José Gomes Pereira), Candelária (EB1/JI Candelária), Ginetes (EB1/JI Dr. Carlos Bettencourt de Leça, a EB1/JI Dr. Carlos P. Medeiros e a EB 2, 3 de Ginetes), Mosteiros (EB1/ JI Comendador Ângelo José Dias) e freguesia das Sete Cidades (EB1/JI Padre José Cabral Lindo).



3. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO



Composição da Assembleia de Escola
Presidente – Maria Gorete Xavier
Presidente do Conselho Executivo - Paulo Alexandre Silva
Presidente do Conselho Pedagógico - Cláudia Maria Barata
Representante do Pré-Escolar – Catarina Ferreira/Maria João Melo
Representantes do 1º Ciclo - Ana Patrícia Ferreira/Márcia Catarina Cabral
Representantes do 2º Ciclo – Sérgio Rocha/ Ana Costa
Representantes do 3º Ciclo – Maria Raquel Paz/João Pinto
Representantes do Ensino Especial – Maria Gorete Xavier
Representantes do Pessoal Não Docente – Marina Mateus
Representantes dos Encarregados de Educação – Maria Chantal Silva/Marília Silva/Lília Almeida/Ana Botelho/Luís Nunes
Representante do Pessoal Administrativo – Andrea Pereira
Representante da Associação Cultural – Nélia Viveiros



Composição do Conselho Pedagógico
Presidente - Cláudia Maria Barata
Presidente do Conselho Executivo - Paulo Alexandre Silva
Departamentos Curriculares Educação Pré-Escolar – Ana Pereira 1.º Ciclo – Teresa Duarte Ciências Sociais e Humanas – Luís Quadros Línguas - Cláudia Maria Barata Matemática e Informática - Paulo Renato Fragata Ciências Físicas e Naturais - Maria José Aurélio Expressões - Magda Cristina Neto
Coordenador dos Diretores de Turma – Mary Medeiros
Coordenador da Educação Especial – Emília Martins
Coordenadora do PROFIJ – Maria Raquel Paz
Coordenador do ProSucesso – Pedro Bermonte
Técnica de Psicologia – Joana Araújo
Coordenadores de Núcleo EB1/JI Padre José Cabral Lindo - Virgínia Rodrigues EB1/ JI Comendador Ângelo José Dias - Margarida Filipe EB1/JI Dr. Carlos Bettencourt Leça - Cristina Dâmaso EB1/ JI de Candelária - Nélia Maria Ponte EB1/JI Padre José Gomes Pereira - Maria José Barbosa
Representante dos Assistentes Operacionais/Técnicos – Manuela Costa
Representante dos Pais e Encarregados de Educação – Lucinda Tavares

Composição do Conselho Executivo
Presidente - Paulo Alexandre Silva
Vice-Presidente - (Apoio Educativo/Ed. Pré-Escolar, 1º Ciclo e Ed. Especial) - Márcio Ferreira
Vice-Presidente - (2º ciclo/ 3º ciclo/PROFIJ) – João Carvalho
Assessora – Helena Carreiro



Composição do Conselho Administrativo
Presidente - Paulo Alexandre Silva
Vogal – João Carvalho
Vogal - Andrea Maria Pereira

4. CALENDÁRIO ESCOLAR 2017/2018

O ano escolar é entendido como o período compreendido entre o dia 1 de setembro de cada ano e o dia 31 de agosto do ano seguinte.

Períodos	Atividades letivas	Interrupções
1º Período	Início – 13 de setembro Final – 15 de dezembro	16 dezembro – 2 janeiro
2º Período	Início – 3 de janeiro Final – 23 de março	12, 13 e 14 de fevereiro (Carnaval) 24 de março a 8 de abril
3º Período	Início – 9 de abril Final – 15 de junho. 9.º ano termina no dia 6 de junho. Pré- Escolar e 1º ciclo terminam no dia 22 de junho	
Formação Docente		
Janela de setembro - de 4 a 8		
Janela de julho – de 9 a 13		

5. HORÁRIO LETIVO

N.º de grupos/turmas	Ciclo	Horário
8 Grupos	Pré-Escolar	9h às 15h (na primeira semana de aulas os alunos saem às 12h30 para uma melhor adaptação à realidade escolar) Entrada 9:00 h. Almoço das 12:30 às 13:30h. Saída 15:00 h
16 Turmas	1º Ciclo	9h às 15h (3 dias na semana) e 9h às 15h45m (2 dias na semana). Almoço das 12:30 às 13:30h
6 Turmas	2º Ciclo	Entrada: 8:30h (todos os dias da semana) Saída: 16:50h (3 dias na semana) 12:40h (2 dias na semana, quarta-feira e sexta-feira) Almoço: 12:40 - 13:40h
9 Turmas	3º Ciclo	Entrada: 8:30h (todos os dias da semana) Saída: 16:50h (3 dias na semana) 13:25h (1 dia na semana, quarta-feira) 16:05h (1 dia na semana, sexta-feira) Almoço: 12:40 - 13:40h
1 Turma	PEREE-Ocupacional	Entrada: 9:00h (todos os dias da semana) Saída: 15:00h (todos os dias da semana)
1 Turma	PEREE-PCA I PEREE-PCA II	Entrada: 8:30h (todos os dias da semana) Saída: 15:10h (2 dias na semana) e (um dia na semana) às 14:25 12:40h (1 dia na semana, sexta-feira) 13:25h (1 dia na semana, quarta-feira) Almoço: 12:40 - 13:40h
1 Turma	PEREE-PCA III	Entrada: 8:30h (todos os dias da semana) Saída: 16:50h (2 dias na semana) 13:25h (1 dia na semana, quarta-feira) 15:10h (1 dia na semana, quinta-feira) 16:05h (1 dia na semana, sexta-feira) Almoço: 11:45 - 13:40h (1 dia na semana, segunda-feira) e restantes dias 12:40 – 13:40
1 Turma	PEREE-DOV	Entrada: 8:30h (todos os dias da semana) Saída: 12:40h (2 dias na semana – segunda-feira e quinta-feira) 13:25h (2 dias na semana, quarta-feira, sexta-feira) 16:50h (1 dia na semana, terça-feira) Almoço: 12:40 - 13:40

1 Turma	PEREE-Pré- Profissionalização	Entrada: 8:30h (todos os dias da semana) Saída: 15:10h (3 dias na semana) 12:40h (quarta-feira e sexta- feira) Almoço: 11:45 - 13:40h (segunda-feira e quinta- feira); 12:40h – 13:40h (terça-feira)
1 turma	OPII	Entrada: 8:30h (todos os dias da semana) Almoço: 12:40 - 13:40h Saída: 12:40h 15:10h (terça-feira e quinta-feira)
1 Turma	OPIII/Profissionalizante	Entrada: 8:30h (todos os dias da semana) Almoço: 12:40 - 13:40h Saída: 12:40h 13:25h (quarta-feira) 15:10h (segunda-feira e quinta-feira)
4 Turmas	PROFIJ Nível II, Tipo 2 Operador Jardinagem Operador Informática Cozinheiro/a Mecânico Serviços Rápidos	Entrada: 8:30h (todos os dias da semana) Saída: 16:05h (3 dias na semana) 13:25h (quarta-feira) 16:50h (segunda-feira) Almoço: 12:40 - 13:40h

6. CRITÉRIOS DE CONSTITUIÇÃO DE TURMAS/HORÁRIOS

O art.º 21.º da Portaria n.º 75/2014, de 18 de novembro de 2014, que aprovou o regulamento da gestão administrativa e pedagógica de alunos (RGAPA), estabelece os seguintes critérios, considerados pela EBI de Ginetes na constituição das turmas:

«1 - Na constituição das turmas devem prevalecer critérios de natureza pedagógica definidos no projeto educativo da escola, competindo ao presidente do conselho executivo aplicá-los no quadro de uma eficaz gestão e rentabilização de recursos humanos e materiais existentes e no respeito pelas regras constantes do presente Regulamento.

2 - Na constituição das turmas devem considerar-se, entre outros, os seguintes critérios:

a) A realidade social da comunidade em que a escola se insere, evitando-se a segregação social, a segregação por sexos e a formação de grupos que possam propiciar a manutenção ou fomento, no interior da escola, de fenómenos de exclusão social;

b) A continuidade, se possível, do grupo-turma do ano letivo precedente, sem prejuízo das orientações dos conselhos de núcleo e dos conselhos de turma, devidamente fundamentadas, em ata de reunião;

c) O percurso formativo dos alunos;

d) A língua estrangeira e a disciplina opcional dos alunos;

e) O nível etário dos alunos;

f) O número de alunos retidos;

g) A capacidade do estabelecimento de educação e ensino;

h) As características dos espaços escolares/infraestruturas escolares;

i) A rede de transportes coletivos.

3 - Exceto nas escolas de lugar único e nas disciplinas em que deva ser feita a junção de alunos, nos termos do presente Regulamento, não é permitida a constituição de turmas agrupando alunos de mais de dois anos de escolaridade.

4 - Não podem ser constituídas turmas apenas com alunos em situação de retenção, devendo ser respeitada, em cada turma, a heterogeneidade do público escolar, com exceção de projetos devidamente fundamentados pelo presidente do conselho executivo ou regulamentados por diploma próprio, ouvido o conselho pedagógico.

5 - Quando, por razões pedagógicas, disciplinares ou outras, se mostre conveniente a mudança de um aluno de uma turma para outra, esta poderá ser autorizada pelo conselho executivo, em qualquer momento do ano letivo, após parecer do conselho de núcleo, no caso do 1.º ciclo, ou dos conselhos de turma envolvidos, nos restantes ciclos do ensino básico e ensino secundário, nas diversas modalidades.

6 - Sempre que possível, devem ser constituídas equipas pedagógicas estáveis que integrem docentes das diferentes disciplinas do ano de escolaridade e assegurem o acompanhamento das turmas ao longo do ciclo de ensino.

7 - A distribuição do serviço docente, no 2.º ciclo, deve assegurar que cada docente leccione à mesma turma as disciplinas, ou áreas disciplinares, relativas ao seu grupo de recrutamento».

Para além dos critérios legalmente previstos, a EBI de Ginetes, tanto na constituição de turmas como na elaboração de horários, considerou ainda os seguintes critérios:



A – EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Na constituição dos grupos da educação pré-escolar são considerados os seguintes critérios:

- a) O nível etário dos alunos;
- b) O número de frequências de cada aluno.

Deverá ter igualmente em atenção casos específicos em termos de nível de desempenho, atitudes e comportamentos.

Contudo, na maioria dos estabelecimentos de educação, o número de alunos não possibilita a organização das turmas segundo os critérios supracitados, constituindo-se, desta forma, turmas heterogêneas.

São admitidas crianças com três anos feitos até 15 de setembro até à idade de ingresso no 1º Ciclo, podendo ainda ser admitidas as crianças com dois anos de idade, desde que já tenham o controlo de esfíncteres, completem os três anos até ao dia 31 de dezembro do ano de ingresso e mediante o requerimento do encarregado de educação ao Presidente do Conselho Executivo.

No que concerne à elaboração dos horários, a Educação Pré-Escolar planifica e desenvolve todo o seu trabalho segundo as Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar, que especificam várias áreas de conteúdo, que devem ser abordadas de forma holística, abrangendo diferentes tipos de aprendizagens, não apenas de conhecimento, mas também promovendo as atitudes e o saber fazer. Importa mencionar que todas as salas de jardim-de-infância beneficiam do apoio de um professor especializado em Educação Física, de 45 minutos semanais, contribuindo para o desenvolvimento da expressão motora das crianças.

Na Educação Pré-escolar, o educador de infância tem autonomia e flexibilidade para conceber e desenvolver o currículo, gerindo o seu tempo letivo (25 horas semanais) e todo o ambiente educativo, desde o espaço, os materiais, a organização do grupo, a relação com os parceiros educativos, pais e instituições locais. Importa referir que essa gestão do trabalho curricular do educador de infância tem sempre um carácter intencional e de interação entre as diferentes áreas, mobilizando as competências e conhecimentos necessários para desenvolvimento integrado da criança. Toda esta ação pedagógica do educador é pautada pelos princípios enunciados nos seguintes diplomas:

PROJETO CURRICULAR DE ESCOLA

- a) Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro);
- b) Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar (Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro);
- c) Decreto Legislativo Regional n.º 14/98/A, de 4 de agosto;
- d) Portaria nº75/2014, de 18 de novembro;
- e) Orientação Curriculares para a Educação Pré-escolar, aprovadas pelo Despacho Normativo Nº 1/2002 de 3 de Janeiro;
- f) Despacho n.º 9180/2016 do Secretário de Estado da Educação, publicado no Diário da República, 2.ª série — N.º 137 — 19 de julho de 2016, que homologa as «Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar»;
- g) Circular Nº. C-DRE/2016/20, de 29/09/2016 – Aplicação da Orientações curriculares para a educação pré-escolar na RAA.

B - 1.º CICLO

Na constituição das turmas do 1.º Ciclo são considerados os seguintes critérios:

Do jardim-de-infância para o 1.º ciclo do Ensino Básico as turmas deverão transitar em bloco, salvo casos particulares devidamente referenciados pelos respetivos Educadores de Infância.

Nos anos intermédios deverá atender-se, não só ao contemplado na lei, mas também aos casos específicos em termos de nível de desempenho, atitudes e comportamentos.

No que concerne à elaboração dos horários, estes deverão, sempre que possível, atender às seguintes orientações:

A disciplina de Educação Física deverá ser lecionada antes da hora do almoço, em três tempos de 45 minutos, 2 deles coadjuvados com o professor do 2.º ciclo.

A disciplina do Inglês deverá ser lecionada preferencialmente à tarde.

O horário da turma, considerando a distribuição das áreas curriculares, é elaborado pelo professor titular tendo em conta as características e necessidades do grupo.

C - 2º CICLO

Na constituição das turmas do 2.º Ciclo são considerados os seguintes critérios:

- A continuidade pedagógica – no 5.º ano, as turmas são constituídas tendo como referência as turmas do 4.º ano, tendo ainda em consideração as indicações dos Conselhos de Turma dos anos anteriores;
- Os alunos que estejam matriculados nas áreas curriculares, de Educação Moral e Religiosa (EMRC) ou Desenvolvimento Pessoal e Social (DPS), devem ser, caso haja alunos suficientes, agrupados em turmas completas;
- Os alunos transferidos de outros programas educativos, que apresentem dificuldades ou que tenham ficado retidos, devem ser incorporados em turmas conforme a legislação em vigor e/ou respeitando as indicações dos Conselhos de Turma.

D - 3º CICLO

Na constituição das turmas do 3.º Ciclo são considerados os seguintes critérios:

- Devem manter-se as turmas do 2º Ciclo, promovendo-se a continuidade pedagógica, ao longo do ciclo;
- As turmas devem ser constituídas tendo em conta as orientações emanadas pelos conselhos de turma, no ano letivo anterior.

6.1 CRITÉRIOS DE ELABORAÇÃO DE HORÁRIOS

Sem prejuízo dos critérios de elaboração de horários estabelecidos nos artigos 29.º a 32.º do RGAPA, a unidade orgânica teve ainda em consideração os seguintes critérios:

- Atender aos recursos disponíveis na escola;
- Considerar as necessidades pedagógicas identificadas;
- Ter em conta os horários dos transportes escolares;
- As disciplinas que são submetidas a avaliação externa final deverão, sempre que possível, ser lecionadas no período da manhã;

PROJETO CURRICULAR DE ESCOLA

- As disciplinas teóricas deverão ter, sempre que possível, um bloco da parte da manhã;
- A disciplina de Educação Física e as disciplinas de expressões artísticas, assim como as áreas curriculares não disciplinares, deverão ocupar, sempre que possível, as horas do final do dia do horário letivo;
- Os horários serão elaborados de forma a possibilitar aos alunos a frequência de apoios educativos e atividades de enriquecimento curricular.

7. CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO LETIVO

7.1. CRITÉRIOS GERAIS

No que se refere à distribuição do serviço docente, da responsabilidade do Conselho Executivo, e sem prejuízo do disposto no art.º 32.º na Portaria n.º 75/2014 de 18 de novembro (RGAPA) e nos artigos 110.º a 113.º e 117.º a 127.º do Decreto Legislativo Regional n.º 25/2015/A, de 17 de dezembro (ECD), são considerados os seguintes critérios:

- A continuidade pedagógica;
- O número de disciplinas/níveis a atribuir a cada docente;
- A distribuição do serviço docente, no 2.º ciclo, deve assegurar que cada docente leccione à mesma turma as disciplinas, ou áreas disciplinares, relativas ao seu grupo de recrutamento;
- A lecionação da disciplina de Cidadania deverá ser assegurada pelo Diretor de Turma em par pedagógico;
- As disciplinas de Educação Física, Inglês e Educação Moral e Religiosa Católica, no 1º ciclo, serão lecionadas preferencialmente por um professor do 2.º ciclo: Educação Física em dois tempos de 45 minutos; Inglês em dois tempos de 45 minutos; EMRC num tempo de 45 minutos. Estas áreas curriculares são preferencialmente lecionadas no período da tarde;
- Não atribuição de mais de três níveis curriculares disciplinares ou não disciplinares distintos, salvaguardadas as situações em que o número de docentes ao serviço do estabelecimento de ensino não permita outra distribuição.

7.2. CRITÉRIOS ESPECÍFICOS

A distribuição do serviço docente tem em atenção os seguintes critérios específicos:

- Gestão equilibrada do número de professores por áreas e disciplinas, constituindo, sempre que possível, equipas educativas de professores com turmas comuns;
- Necessidades da escola;
- A adequação do perfil do professor à turma, nomeadamente naquelas onde existem problemas de assiduidade, indisciplina, insucesso repetido, etc;
- Graduação profissional;
- A distribuição equilibrada de níveis pelos vários professores do grupo/disciplina, o que inclui um número máximo de seis turmas a atribuir a cada docente, e em situações excecionais, de sete, de acordo com as necessidades da escola e a legislação em vigor. O número de turmas a atribuir a cada docente só poderá ser superior ao referido anteriormente nas disciplinas cuja carga horária atribuída seja apenas de um “bloco” de 90 minutos ou “meio bloco” de 45 minutos;
- Atender à ficha de preferências preenchida por cada professor no final do ano letivo, sempre que seja exequível.

A atribuição do horário letivo deve privilegiar, sempre que possível, os docentes que se encontrem nas seguintes situações:

- Docentes do *Quadro de Escola*;
- Docentes destacados em regime de afetação;
- Docentes contratados

7.3. DISTRIBUIÇÃO/OCUPAÇÃO DA COMPONENTE NÃO LETIVA DE ESCOLA

A componente não letiva de estabelecimento compreende a realização das seguintes atividades, com e sem alunos:

- Acompanhamento de alunos;
- Apoio ao laboratório;
- Atendimento aos Encarregados de Educação;
- Atividades de coordenação e afins;

PROJETO CURRICULAR DE ESCOLA

- Atividades de enriquecimento curricular: Clubes, Oficinas, ADES, Eco-escola, Projeto de Saúde Escolar;
- Biblioteca;
- Sala de estudo;
- Sala A+, para orientação do estudo;
- Espaço mais (E+)
- Trabalho de gabinete: reuniões de grupo disciplinar, reuniões de pares pedagógicos, etc.

7.4 CRITÉRIOS DE NOMEAÇÃO DOS DIRETORES DE TURMA

Na atribuição do cargo de direção de turma, o Conselho Executivo terá em conta os seguintes princípios:

- Manter a continuidade no exercício do cargo, sempre que possível, dentro de cada ciclo;
- Pertencer, sempre que possível, ao *Quadro da Escola*, de forma a haver continuidade pedagógica;
- Não havendo professores do *Quadro de Escola*, deve-se atribuir o cargo de acordo com as necessidades da escola;
- Rotatividade, no final do ciclo, na atribuição do cargo, abrangendo, se possível, todo o corpo docente da escola;
- Atribuição equitativa do cargo por todos os Departamentos Curriculares;
- Atribuição do cargo preferencialmente a professor que tenha todos os alunos da turma;
- Às turmas que à partida se tem conhecimento que apresentam problemas de assiduidade, indisciplina, insucesso repetido, etc., a atribuição deste cargo deverá ter em linha de conta o perfil do professor e, preferencialmente, ser um docente com mais experiência no cargo;

Deverá ainda considerar-se, para a atribuição do cargo, que o docente possua preferencialmente o seguinte perfil:

PROJETO CURRICULAR DE ESCOLA

- Tenha um relacionamento interpessoal adequado com os alunos e encarregados de educação;
- Seja capaz de favorecer as interações sociais entre os vários elementos da comunidade educativa;
- Tenha perspicácia na deteção e subtileza no tratamento de situações/problema;
- Evidencie capacidade de orientação ativa e dinâmica dos alunos e famílias;
- Mostre disponibilidade para fomentar o carácter integrador e globalizante da formação dos seus alunos;
- Seja um docente já conhecedor do ambiente escolar, do seu meio sociocultural e do Projeto Educativo da Escola.

7.5 DESDOBRAMENTOS E PARES PEDAGÓGICOS

Para combater as dificuldades de aprendizagem dos alunos e aproveitar os recursos humanos existentes na escola, é proposto o desdobramento em turnos nas disciplinas que apresentam uma percentagem elevada de insucesso.

No 2º ciclo, a área curricular de Educação Visual e Tecnológica e a área não disciplinar de Cidadania (História, Geografia e Cultura Açoriana) são lecionadas em par pedagógico

No 3º ciclo, a área curricular de Educação Tecnológica e a área curricular não disciplinar de Cidadania (ou História, Geografia e Cultura dos Açores, no 8º ano de escolaridade) são lecionadas em par pedagógico.

História, Geografia e Cultura dos Açores, no 6º ano de escolaridade é lecionada pelos docentes de História e Geografia de Portugal e de Ciências Naturais, no 8º ano de escolaridade, pelos docentes das disciplinas de História e de Geografia.

Para promoção do sucesso dos alunos, de acordo com o estabelecido no PEE e no ProSucesso no 2º e 3º Ciclos existem ainda pares pedagógicos e desdobramentos a Português, Matemática, Inglês e Francês, de acordo com as necessidades específicas de cada turma, tal como está explicitado nas matrizes curriculares.

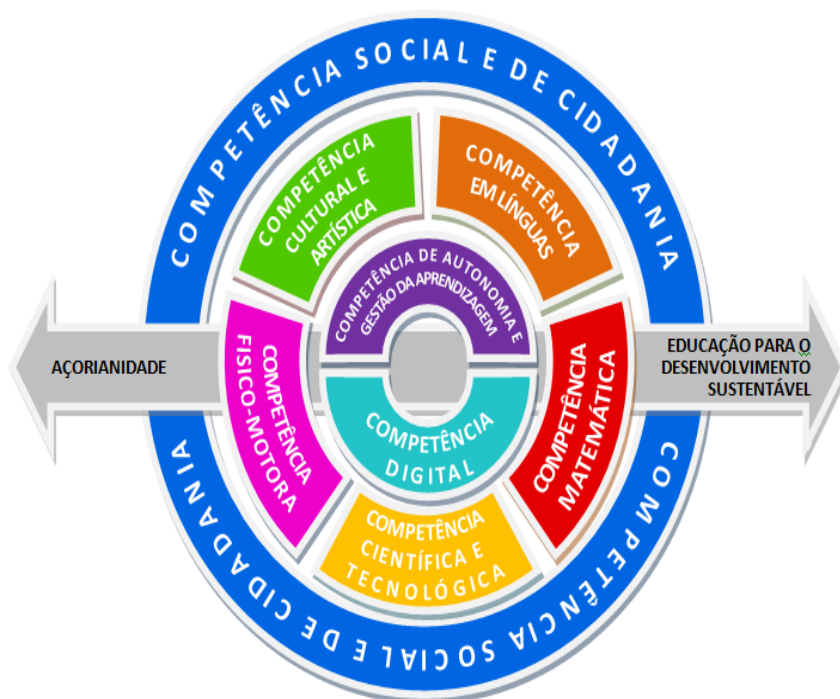
Em anexo (Anexo 1) elencam-se os objetivos gerais do ProSucesso em aplicação na unidade orgânica, apresentando-se uma síntese das estratégias definidas.

8. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA AÇÃO PEDAGÓGICA DA ESCOLA

8.1. O CURRÍCULO REGIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA (CREB)

O CREB, aprovado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2011/A, de 2 de agosto, define «o conjunto de aprendizagens e competências a desenvolver pelos alunos [do pré-escolar e do ensino básico] que se fundamentam nas características geográficas, económicas, sociais, culturais e político-administrativas dos Açores» e postula que «o grau de especificidade de determinadas características desta região insular é suficientemente acentuado para que as mesmas sejam tidas em conta nas decisões sobre as aprendizagens a promover nas escolas açorianas»; aprova o referencial curricular para a educação básica na Região Autónoma dos Açores e enumera as **competências-chave** estruturantes para a formação integral e integrada dos alunos:

- I. Competência em línguas
- II. Competência matemática
- III. Competência científica e tecnológica
- IV. Competência cultural e artística
- V. Competência digital
- VI. Competência físico-motora
- VII. Competência de autonomia e gestão da aprendizagem
- VIII. Competência social e de cidadania





Ao elencar uma série de competências essenciais do CREB e ao associar as mesmas ao contexto da insularidade e aos temas “Açorianidade” e “Desenvolvimento sustentável”, o referido diploma sugere aprendizagens especialmente significativas para os jovens açorianos, explicitando pistas para a sua contextualização regional. Perspetiva-se que um aluno competente deve ser capaz de realizar tarefas e confrontar situações diversas, de uma forma pertinente e eficaz, num contexto determinado, mobilizando de forma interrelacionada conhecimentos, capacidades e atitudes.

8.2. METAS CURRICULARES

O Despacho n.º 10874/2012, de 10 de agosto, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 155, procedeu à homologação das *Metas Curriculares* aplicáveis aos currículos do ensino básico e secundário.

As *Metas Curriculares* identificam a aprendizagem essencial a realizar pelos alunos em cada disciplina, por ano de escolaridade ou, quando isso se justifique, por ciclo, realçando o que dos programas deve ser objeto primordial de ensino. Sendo específicas de cada disciplina ou área disciplinar, as *Metas Curriculares* identificam os desempenhos que traduzem os conhecimentos a adquirir e as capacidades que se querem ver desenvolvidas, respeitando a ordem de progressão da sua aquisição. Constituem um meio privilegiado de apoio à planificação e à organização do ensino, incluindo a produção de materiais didáticos, e constituem -se como referencial para a avaliação interna e externa, com especial relevância para as provas finais de ciclo e exames nacionais.

De acordo com o Despacho n.º 15971/2012, de 14 de dezembro, a implementação obrigatória das metas curriculares encontra-se já aplicada, desde o ano letivo de 2015/2016, à totalidade do ensino básico.

8.3. OPÇÕES CURRICULARES

As cargas horárias a atribuir às diversas componentes do currículo e a matriz curricular foram definidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 21/2010/A, de 24 de junho, que estabelece os princípios orientadores da organização e gestão curricular da educação básica para o sistema educativo regional.

Para promoção de maior sucesso educativo e de acordo com o estabelecido no PEE e no ProSucesso, aos horários de todas as turmas do ensino regular, nos 2.º e 3.º ciclos, foram atribuídos 90 minutos de crédito horário, 45 minutos à área curricular de Português e 45 minutos à área curricular de Matemática.

Como alternativa à disciplina de EMRC a escola oferecerá a área curricular não disciplinar de Desenvolvimento Pessoal e Social (DPS).

Em alternativa ao ensino regular, a EBI de Ginetes, oferece, no ano letivo de 2017/2018, cursos no âmbito do PROFIJ. O Programa Formativo de Inserção de Jovens (PROFIJ), criado pela resolução n.º 216/97, de 13 de Novembro e regulado atualmente pela Portaria n.º 52/2016, de 16 de junho, é uma modalidade de ensino que visa a qualificação de jovens e a sua inserção no mercado de trabalho, através de uma estratégia pedagógica que aproxima o jovem, a escola e a entidade enquadradora.

São quatro os cursos do PROFIJ ministrados na escola: Operador/a de Informática, Nível II, Tipo 2; Operador/a de Jardinagem, Nível II, Tipo 2; Cozinheiro/a, Nível II, Tipo 2 e Mecânico/a de Serviços Rápidos, Nível II, Tipo 2. Estes cursos conferem uma dupla certificação, habilitação académica equivalente ao 3.º ciclo do ensino básico e uma formação profissional qualificante de nível II. A componente Tecnológica dos cursos de Cozinheiro/a e Mecânico/a de Serviços Rápidos é lecionada maioritariamente na Escola Profissional das Capelas, de acordo com o protocolo estabelecido entre ambas as unidades orgânicas.

Estão ainda constituídas, no âmbito do Programa Oportunidade, uma turma OPII e outra OPIII/profissionalizante.

No âmbito do Regime Educativo Especial, com vista a assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória e combater a exclusão, a escola dispõe de dispositivos de organização e gestão do currículo, especialmente destinados a alunos abrangidos pelo regime de educação especial, a saber: Programas Específicos do Regime Educativo Especial – Ocupacional, Socioeducativo, Despiste e Orientação Vocacional (DOV) e Pré-Profissionalização.

Adequações Curriculares Individuais; Currículo Específico Individual; Apoio Pedagógico Personalizado; Adequações no Processo de Matrícula; Adequações no Processo de Avaliação; Adequações de Turma; Adequações materiais e de equipamentos especiais de compensação e Turmas com Projeto Curricular Adaptado.

9. MATRIZES CURRICULARES

9.1 PRÉ-ESCOLAR

25 horas semanais em monodocência
<ul style="list-style-type: none">- Área de Formação Pessoal e Social- Área de Expressão e Comunicação:<ul style="list-style-type: none">- Domínio da Educação Física- Domínio da Educação Artística<ul style="list-style-type: none">- Subdomínio das Artes visuais- Subdomínio do Jogo Dramático/Teatro- Subdomínio da Música- Subdomínio da Dança;- Domínio da Linguagem oral e Abordagem à Escrita- Domínio da Matemática- Área do Conhecimento do Mundo

9.2 1º CICLO

Componentes do currículo			Mínimo de horas semanais (a)	
Áreas curriculares disciplinares	Nucleares		Português	6
			Matemática	6
			Estudo do Meio	4,5
	De enriquecimento	De oferta e frequência obrigatória	Língua Estrangeira Inglês	2x45'
		De oferta obrigatória e frequência facultativa	Educação Moral e Religiosa	45'
Áreas curriculares não disciplinares	Nucleares		Cidadania	45'
	De enriquecimento	De oferta obrigatória e frequência facultativa	A definir pela UO	A definir pela UO

a) Em relação às áreas nucleares, sabendo-se que há duas horas e trinta minutos de intervalo, e que os mínimos indicados perfazem vinte e uma horas e trinta minutos, cabe ao docente titular de turma gerir o tempo restante da forma que considere mais adequada às características, necessidades e interesses dos seus alunos.

9.3 2º CICLO

COMPONENTES DO CURRÍCULO		CARGA HORÁRIA SEMANAL (x 90 MIN.)	
		5º Ano 3 turmas	6º Ano 3 turmas
LÍNGUAS E ESTUDOS SOCIAIS	PORTUGUÊS	2,5 + 0,5 CH+0,5ALS	2,5+0,5 CH +0,5 ALS *
	LÍNGUA ESTRANGEIRA I – INGLÊS	1,5	1,5
	HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE PORTUGAL	1,5	1,5
MATEMÁTICA E CIÊNCIAS	MATEMÁTICA	2,5+0,5 CH +0,5 ALS	2,5+0,5 CH +0,5 ALS *
	CIÊNCIAS DA NATUREZA	1,5	1,5
EDUCAÇÃO ARTÍSTICA E TECNOLÓGICA	EDUCAÇÃO VISUAL E TECNOLÓGICA	1	2
	EDUCAÇÃO MUSICAL	2	1
EDUCAÇÃO FÍSICA	EDUCAÇÃO FÍSICA	1,5	1,5
FORMAÇÃO PESSOAL E SOCIAL	CIDADANIA/HGCA	1	1
	EDUCAÇÃO MORAL E RELIGIOSA/DPS	0,5	0,5
TOTAL		<u>17,5</u>	<u>17,5</u>

CH – Crédito horário

ALS – Apoio Letivo Suplementar/Sala A+, de frequência obrigatória

* - Um bloco de 90 minutos funciona por turnos entre Português e Matemática.

9.4 3º CICLO

COMPONENTES DO CURRÍCULO		CARGA HORÁRIA SEMANAL (x 90 MIN.)		
		7º Ano	8º Ano	9º Ano
PORTUGUÊS	PORTUGUÊS	2,5+0,5 CH +0,5 ALS	2,5+0,5 CH	2,5+0,5 CH *4
LÍNGUA ESTRANGEIRA	LÍNGUA ESTRANGEIRA I - INGLÊS	1,5 *1	1,5 *1/*2	1,5 *1
	LÍNGUA ESTRANGEIRA II - FRANCÊS	1,5 *1	1,5 *1	1,5+0,5ALS
CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS	HISTÓRIA	1	1,5	1,5
	GEOGRAFIA	1,5	1	1,5
MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	2,5+0,5 CH +0,5ALS	2,5+0,5 CH +0,5 ALS	2,5+0,5 CH +0,5 ALS *4
CIÊNCIAS FÍSICAS E NATURAIS	CIÊNCIAS NATURAIS	1+0,5 quinzenalmente	1 +0,5 quinzenalmente	1+0,5 quinzenalmente
	FÍSICO - QUÍMICA	1+0,5 quinzenalmente	1+0,5 quinzenalmente	1+0,5 quinzenalmente
EDUCAÇÃO ARTÍSTICA E TECNOLÓGICA	EDUCAÇÃO VISUAL	1	1	1,5
	EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA	1	-----	-----
	EDUCAÇÃO MUSICAL	-----	1	-----
EDUCAÇÃO FÍSICA	EDUCAÇÃO FÍSICA	1,5	1,5	1,5
FORMAÇÃO PESSOAL E SOCIAL	CIDADANIA	1	-----	1
	HGCA	-----	1	-----
	EDUCAÇÃO MORAL E RELIGIOSA	0,5	0,5	0,5
TOTAL		20	19,5	20,5

CH – Crédito horário

ALS – Apoio Letivo Suplementar/Sala A+, de frequência obrigatória

*1 – A disciplina lecionada em Par Pedagógico - medida do ProSucesso.

*2 – A turma B do 8º ano – Não tem desdobramento/ par pedagógico a Inglês, tem 0,5 ALS

*4 - Um bloco de 90 minutos funciona por turnos entre Português e Matemática.

9.5 PROGRAMA OPORTUNIDADE II

Área Curricular Disciplinar/ Disciplina	Blocos de 90'
Português	2,5
Matemática	2,5
História e Geografia	1,5
Ciências Naturais	1,5
Língua Estrangeira I	1,5
Educação Musical	1
Educação Física	1,5
Formação Pessoal e Social	0,5
Projeto Formativo	2,5
TOTAL	15

9.6 PROGRAMA OPORTUNIDADE III /PROFISSIONALIZANTE

Área Curricular	Carga horária (90 min.)
PORTUGUÊS	2,5
MATEMÁTICA	2,5
CIÊNCIAS FÍSICAS E NATURAIS	1,5
LÍNGUA ESTRANGEIRA I - INGLÊS	1,5
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	1,5
EDUCAÇÃO FÍSICA	1,5
FORMAÇÃO PESSOAL E SOCIAL	0,5
ÁREA PROJETO FORMATIVO	2,5 *1
TOTAL	14

*1 - Segundo a Portaria n.º 60/2013 de 1 de Agosto, falta um bloco de 90 minutos.

9.7 MATRIZES CURRICULARES DAS TURMAS DO REGIME EDUCATIVO ESPECIAL

PEREE-Ocupacional

Área Curricular	Carga horária (90 min.)
ATIVIDADES DE ROTINA	2
DESPORTO ADAPTADO	2
FAZER APRENDER	2,5
AUTONOMIA	1
ANIMAÇÃO DESPORTIVA	0,5
ESTIMULAÇÃO MULTISSENSORIAL	1
DESCOBRIR OS SONS	1,5
TREINO SOCIAL	1,5
TERAPIAS	3
TOTAL	15

Turma com Projeto Curricular Adaptado I

Área Curricular	Carga horária (90 min.)
PORTUGUÊS	4
MATEMÁTICA	4
ESTUDO DO MEIO	2,5
LÍNGUA ESTRANGEIRA INGLÊS	1
EDUCAÇÃO VISUAL E TECNOLÓGICA	1
EDUCAÇÃO MUSICAL	0,5
EDUCAÇÃO FÍSICA	1,5
EXPRESSÃO ARTÍSTICA	0,5
EDUCAÇÃO MORAL RELIGIOSA E CATÓLICA	0,5
CIDADANIA	0,5
TOTAL	16

Turma com Projeto Curricular Adaptado II

Área Curricular	Carga horária (90 min.)
PORTUGUÊS	2
MATEMÁTICA	2
HGP	1,5
CN	1,5
LÍNGUA ESTRANGEIRA INGLÊS	1,5
EDUCAÇÃO VISUAL E TECNOLÓGICA	2
EDUCAÇÃO MUSICAL	1
EDUCAÇÃO FÍSICA	1,5
EDUCAÇÃO MORAL RELIGIOSA E CATÓLICA	0,5
CIDADANIA	1
TOTAL	14,5

Turma com Projeto Curricular Adaptado III

Área Curricular		Carga horária (90 min.)
PORTUGUÊS		2,5
MATEMÁTICA		2,5
CIÊNCIAS FÍSICAS E NATURAIS	CN	1 + 0,5 (QUINZENALMENTE)
	FQ	1 + 0,5 (QUINZENALMENTE)
LÍNGUA ESTRANGEIRA INGLÊS		1,5
LÍNGUA ESTRANGEIRA FRANCÊS		1,5
HISTÓRIA		1,5
GEOGRAFIA		1
EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA		1
EDUCAÇÃO FÍSICA		1,5
EDUCAÇÃO VISUAL		1
EDUCAÇÃO MUSICAL		1
EDUCAÇÃO MORAL RELIGIOSA E CATÓLICA		0,5
CIDADANIA		1
TOTAL		19

PEREE

Despiste e Orientação Vocacional

Área Curricular	Carga horária (90 min.)
LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO (PORTUGUÊS)	2
MATEMÁTICA PARA A VIDA	2
CONHECIMENTO DO MEIO / CIDADANIA	2
LÍNGUA ESTRANGEIRA INGLÊS	0,5
EDUCAÇÃO VISUAL E TECNOLÓGICA	5
EDUCAÇÃO MUSICAL	1,5
EDUCAÇÃO FÍSICA	2
TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	0,5
TOTAL	15,5

PLANO CURRICULAR/ PEREE

Pré-profissionalização

Módulo	Disciplinas	N.º de tempos	Equipa pedagógica
I Formação sociocultural	Cidadania e empregabilidade	3 tempos/135 minutos	200
	Educação física	4 tempos/180 minutos	260
II Saberes científicos e tecnológicos	Tecnologias da informação e comunicação	3 tempos/135 minutos	240
	Matemática para a vida	4 tempos/180 minutos	230
	Linguagem e comunicação	4 tempos/180 minutos	200
	Inglês	1 tempo/45 minutos	220
III Formação profissionalizante em ambiente de trabalho	Formação Profissionalizante em Ambiente de Trabalho	10 tempos/450 minutos	240
	Total	29 tempos/1305 minutos	

9.8 CURSO – PROGRAMA FORMATIVO DE INSERÇÃO DE JOVENS – PROFIJ- NÍVEL II – TIPO 2

Portaria n.º 52/2016 de 16 de junho de 2016

OPERADOR/A DE INFORMÁTICA (2º ANO)

COMPONENTE E DE FORMAÇÃO	DISCIPLINAS	DOMÍNIOS FORMAÇÃO	DURAÇÃO TOTAL (1º ANO) (HORAS)	DURAÇÃO TOTAL (2º ANO) (HORAS)	DURAÇÃO TOTAL (HORAS)
Sócio- Cultural	Línguas, Cultura e Comunicação	Língua Portuguesa	80	80	160
		Língua Estrangeira	60	60	120
		TIC	-----	80	80
	Cidadania e Sociedade	Cidadania e Mundo. Atual	80	80	160
		Higiene Saúde e Segurança no Trabalho	30	-----	30
		Educação Física	60	60	120
Científica	Ciências Aplicadas	Matemática Aplicada	90	90	180
		Ciências Físico-Química	60	60	120
TOTAL			460	510	970
Tecnológica	Tecnologias Específicas	UFCD – Unidades de Formação de Curta Duração	425	450	875
Prática	Estágio em contexto de trabalho		105	105	210
TOTAL			990	1065	2055

CURSO – OPERADOR/A DE JARDINAGEM (1º ANO)

PROGRAMA FORMATIVO DE INSERÇÃO DE JOVENS – PROFIJ- NÍVEL II – TIPO 2

Portaria n.º 52/2016 de 16 de junho de 2016

COMPONENTE E DE FORMAÇÃO	DISCIPLINAS	DOMÍNIOS FORMAÇÃO	DURAÇÃO TOTAL (1º ANO) (HORAS)	DURAÇÃO TOTAL (2º ANO) (HORAS)	DURAÇÃO TOTAL (HORAS)
Sócio- Cultural	Línguas, Cultura e Comunicação	Língua Portuguesa	80	80	160
		Língua Estrangeira	60	60	120
		TIC	-----	80	80
	Cidadania e Sociedade	Cidadania e Mundo. Atual	80	80	160
		Higiene Saúde e Segurança no Trabalho	30	-----	30
		Educação Física	60	60	120
Científica	Ciências Aplicadas	Matemática Aplicada	90	90	180
		Ciências Físico-Naturais	60	60	120
TOTAL			460	510	970
Tecnológica	Tecnologias Específicas	UFCD – Unidades de Formação de Curta Duração	425	425	850
Prática	Estágio em contexto de trabalho		105	105	210
TOTAL			990	1040	2030

CURSO –COZINHEIRO/A (1º ANO)

PROGRAMA FORMATIVO DE INSERÇÃO DE JOVENS – PROFIJ- NÍVEL II – TIPO 2

Portaria n.º 52/2016 de 16 de junho de 2016

COMPONENTE E DE FORMAÇÃO	DISCIPLINAS	DOMÍNIOS FORMAÇÃO	DURAÇÃO TOTAL (1º ANO) (HORAS)	DURAÇÃO TOTAL (2º ANO) (HORAS)	DURAÇÃO TOTAL (HORAS)
Sócio- Cultural	Línguas, Cultura e Comunicação	Língua Portuguesa	80	80	160
		Língua Estrangeira	60	60	120
		TIC	-----	80	80
	Cidadania e Sociedade	Cidadania e Mundo. Atual	80	80	160
		Higiene Saúde e Segurança no Trabalho	30	-----	30
		Educação Física	60	60	120
Científica	Ciências Aplicadas	Matemática Aplicada	90	90	180
		Ciências Físico-Naturais	60	60	120
TOTAL			460	510	970
Tecnológica	Tecnologias Específicas	UFCD – Unidades de Formação de Curta Duração	425	400	825
Prática	Estágio em contexto de trabalho		105	105	210
TOTAL			990	1015	2005

CURSO – MECÂNICO/A DE SERVIÇOS RÁPIDOS (1º ANO)

PROGRAMA FORMATIVO DE INSERÇÃO DE JOVENS – PROFIJ- NÍVEL II – TIPO 2

Portaria n.º 52/2016 de 16 de junho de 2016

COMPONENTE E DE FORMAÇÃO	DISCIPLINAS	DOMÍNIOS FORMAÇÃO	DURAÇÃO TOTAL (1º ANO) (HORAS)	DURAÇÃO TOTAL (2º ANO) (HORAS)	DURAÇÃO TOTAL (HORAS)
Sócio- Cultural	Línguas, Cultura e Comunicação	Língua Portuguesa	80	80	160
		Língua Estrangeira	60	60	120
		TIC	-----	80	80
	Cidadania e Sociedade	Cidadania e Mundo. Atual	80	80	160
		Higiene Saúde e Segurança no Trabalho	30	-----	30
		Educação Física	60	60	120
Científica	Ciências Aplicadas	Matemática Aplicada	90	90	180
		Ciências Físico-Naturais	60	60	120
TOTAL			460	510	970
Tecnológica	Tecnologias Específicas	UFCD – Unidades de Formação de Curta Duração	400	400	800
Prática	Estágio em contexto de trabalho		105	105	210
TOTAL			965	1015	1980

10. ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO E COMPLEMENTO CURRICULAR

As atividades de enriquecimento e complemento curricular procuram ir ao encontro dos interesses e motivações dos alunos, sendo um espaço de convívio e desenvolvimento pessoal.

Dadas as características do meio em que se insere, assim como as condições físicas da escola, torna-se necessário fornecer alternativas sérias e atrativas para a ocupação voluntária dos tempos livres dos alunos, assim como responder a necessidades colocadas por eles e para as quais não encontram respostas fora da escola. Desta forma, as atividades de orientação escolar e profissional, os clubes, ateliers, oficinas ou afins, assumem um papel fundamental, quer na colmatação desta situação, quer na construção do currículo informal dos alunos, podendo também assumir um importante papel na motivação destes para a escola e facilitar o desenvolvimento da confiança e empatia entre alunos e professores.

Cada uma destas atividades, independentemente do número de alunos ou professores envolvidos, deverá ter um coordenador, preferencialmente alguém que possa assumir o projeto em anos subsequentes. Este aspeto é particularmente importante quando para eventuais financiamentos se recorra a protocolos ou candidaturas a programas específicos apoiados por entidades exteriores à escola.

O Regulamento Interno da escola deve estabelecer as normas pelas quais estas atividades se devem reger e avaliar.

As atividades de enriquecimento devem permitir aos alunos desenvolver competências específicas em determinadas áreas, assim como complementar aquelas desenvolvidas nas diferentes disciplinas e áreas curriculares não disciplinares. Desta forma, não devem ser encaradas como simples ocupação dos tempos livres dos alunos e, muito menos, para cumprir um simples normativo, completando os horários dos professores, sendo marcadas em «furos» destes, mas impossibilitando o desenvolvimento de quaisquer atividades por coincidirem com momentos em que todas as turmas estão em aulas. Pelo contrário, estas atividades devem assumir-se como espaços de aprendizagem informal, se bem que dirigida e disciplinada, facilitadoras do desenvolvimento integral dos alunos, nomeadamente nos aspetos de socialização, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes, ativos e participativos, permitindo em simultâneo minimizar ou ultrapassar situações ou problemas definidos no âmbito do Projeto Educativo.



Assim, a escola, através dos seus docentes, deve promover e garantir a oferta de um conjunto de atividades diversificadas e não pontuais, que permitam aos alunos optarem, de acordo com as suas preferências e disponibilidade de horários.

Igualmente, e de modo a não frustrar as expectativas dos alunos, nem desperdiçar eventuais investimentos da escola, devem todas as atividades, após a devida reflexão e avaliação ser alvo de continuação no ano seguinte. Por tudo isto, a participação dos alunos nestas atividades deve ser valorizada, competindo aos docentes recolher e fornecer dados que permitam integrar de forma positiva na avaliação global dos alunos as competências e atitudes aí desenvolvidas.

As atividades de enriquecimento devem partir preferencialmente de propostas de alunos, docentes, ou necessidades sentidas pela escola e definidas por qualquer um dos seus órgãos no âmbito da construção e desenvolvimento do Projeto Educativo.

Poderá a escola, através dos seus diversos elementos, desenvolver projetos que visem a resolução de problemas ou situações concretas definidas no seu Projeto Educativo, ou ainda para rentabilizar e melhorar recursos existentes. Neste sentido deverão os responsáveis por projetos, nomeadamente aqueles a longo prazo ou permanentes (biblioteca, informática, jornal escolar, etc.), apresentar no final de cada ano letivo um plano de atividades/desenvolvimento a aplicar no ano letivo seguinte.

Além das atividades de enriquecimento já focadas, a escola desenvolverá outras, de carácter pontual, aproveitando propostas concretas apresentadas por entidades exteriores à escola, ou em resposta a necessidades específicas sentidas pelo seu corpo docente, não docente e discente, assim como pela comunidade educativa em geral.

Incluem-se neste ponto a organização de seminários, palestras, colóquios e exposições, promovidas e organizadas por qualquer órgão ou elemento da escola. Incluem-se também nestas atividades a comemoração de datas específicas como o Natal, Carnaval e Páscoa entre outras, devendo valorizar na sua preparação, desenvolvimento e avaliação a participação ativa dos alunos. Nestas iniciativas engloba-se ainda a formação do pessoal docente e não docente, em resposta a necessidades sentidas pelos mesmos.

Todas estas atividades devem ser devidamente enquadradas no Plano Anual de Atividades.

10.1 ATIVIDADES DE COMPLEMENTO CURRICULAR/CLUBES

- Aulas de Inglês no 1º Ciclo
- Aulas de Apoio
- Aulas de Substituição
- Oficinas das áreas curriculares disciplinares: Matemática e Ciências
- Visitas de Estudo
- Intercâmbios
- Comemoração de Efemérides
- Programa de Saúde Escolar
- Atividades Desportivas Escolares
- Clube de Inglês
- Clube de Jornalismo
- Clube de Música
- Clube Desportivo Escolar de Ginete's
- Clube de História Familiar
- Clube Europeu
- Clube de Proteção Civil
- Clube de Artes
- Biblioteca
- Programa Eco-Escolas
- Clube Zen+
- Empreendedorismo
- Programa Total
- Mentores

SALA DE ESTUDO - SALA A+

A **SALA A+** é um espaço de sala de estudo que se pretende que constitua um ambiente educativo diferente daquele a que o aluno está habituado a viver nas áreas curriculares disciplinares, aproveitando o seu tempo livre de forma construtiva e enriquecedora.

Tem por finalidade: favorecer o desenvolvimento de atitudes e hábitos de trabalho autónomo ou em grupo; criar mecanismos de apoio ao estudo e de gestão dos diferentes ritmos de aprendizagens dos alunos; promover um papel ativo dos alunos na resolução dos seus problemas de aprendizagem e no esclarecimento de dúvidas; desenvolver nos alunos o sentido de responsabilidade pessoal e social.

Aos professores que prestam apoio na **SALA A+** compete: orientar a realização de fichas ou outras atividades programadas; apoiar os alunos ao nível de técnicas e métodos de



estudo, pesquisa/consulta bibliográfica, trabalho de grupo/trabalho de projeto e conteúdos programáticos na sua área de lecionação; apoiar os alunos na realização de trabalhos escolares; adequar a sua intervenção às necessidades evidenciadas pelos alunos; registar, em documento próprio, as presenças dos alunos e fomentar um ambiente calmo e propício ao trabalho

A **Sala A+** é coordenada por um docente nomeado pelo Conselho Executivo, no início do ano letivo. Para os alunos do 2º ciclo funciona todos os dias, exceto às terças e quartas-feiras, das 11:55 às 12:40h. Para o 9º ano funciona às terças-feiras, das 11:55 às 12:40h.

10.2 ORIENTAÇÕES E NORMAS DE ENQUADRAMENTO DAS VISITAS DE ESTUDO E ATIVIDADES DE COMPLEMENTO CURRICULAR

As visitas de estudo a realizar com os alunos deverão estar previstas no PAA. Previamente à sua realização, os organizadores deverão apresentar um projeto, obter as respetivas autorizações dos encarregados de educação e, após a sua concretização, elaborar um relatório onde constará a avaliação da atividade. Deverão ainda construir um guião a ser utilizado pelos alunos aquando da visita. É também fundamental proceder-se a uma avaliação da visita por parte dos alunos.

11. SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO EDUCATIVO

Os serviços especializados de apoio educativo destinam-se a promover a existência de condições que assegurem a plena integração escolar dos alunos, a contribuir para o seu desenvolvimento integral, a apoiá-los no seu processo de aprendizagem e integração no sistema e a desenvolver ações de acompanhamento psicossocial e vocacional dos alunos. Deverá articular a sua atividade com as estruturas de orientação educativa.

Os Serviços Especializados de Apoio Educativo, tendo como finalidade o apoio aos alunos com necessidades educativas especiais, integram:

- O Serviço de Psicologia e Orientação, estando a sua coordenação a cargo da Psicóloga
- O Núcleo de Educação Especial, coordenado pela docente especializada Emília Martins.



12. APOIO EDUCATIVO

Apoio Educativo é o conjunto das estratégias e atividades, devidamente enquadradas no Projeto Educativo da Escola, no ProSucesso e no Programa de Apoio Educativo, que visa contribuir para o aumento do sucesso educativo dos alunos, através da melhoria da aquisição de conhecimentos e competências e o desenvolvimento das capacidades, atitudes e valores consagradas nos currículos em vigor

12.1 PRÉ-ESCOLAR

Na educação pré-escolar, os alunos são propostos para apoio educativo ao serem detetadas, pelo educador de infância, dificuldades na aquisição das competências consideradas essenciais. Estes apoios educativos, que são dados por um educador de infância, podem acontecer de forma individual ou em grupo e podem ocorrer dentro da própria sala de aula do aluno ou fora do contexto da sala, se houver um espaço disponível. Visa responder às dificuldades de aprendizagem, caracterizadas como constrangimentos ao processo de ensino e aprendizagem, de carácter temporário, que podem ser sanados através de adequadas medidas de apoio educativo, não reclamando, por isso, uma intervenção especializada de educação especial.

12.2 1º CICLO

O apoio educativo é da responsabilidade dos professores de apoio/substituição (disciplina de português) e dos professores especializados no diagnóstico de dificuldades de aprendizagens (Prof. D.A.- responsáveis pelo apoio na área da Matemática) que trabalham dentro da sala de aula ou fora do contexto da mesma, com os alunos sinalizados para usufruir desta medida educativa, num horário previamente estabelecido e acordado com os professores titulares. O apoio educativo poderá ser individual ou em pequeno grupo.

12.3 2º E 3º CICLOS

Para combater o insucesso, de acordo com um dos objetivos basilares do ProSucesso da EBI de Ginetes, «Promover o sucesso escolar», no 2º e 3º ciclos o apoio letivo suplementar (ALS) é obrigatório para os alunos que demonstrem necessidade e é realizado das 11:55 às 12:40 horas. Os alunos que não demonstrem necessitar deste ALS são encaminhados neste horário para a sala A+/Estudo.

Nos 5º e 6º anos de escolaridade existe ALS a Matemática e a Português.

No 7º ano de escolaridade existem dois segmentos de 45 minutos de ALS. Estes apoios são lecionados a Matemática e a Português.

No 8º ano de escolaridade são lecionados 45 minutos de ALS a Matemática e, na turma 8º B, 45 minutos de ALS a Inglês.

No 9º ano de escolaridade existem dois segmentos de 45 minutos de ALS, a Francês e a Matemática.

Naqueles dois ciclos os ALS são lecionados pelos docentes da turma, nas referidas disciplinas ou por outros docentes dos grupos em questão, de acordo com a disponibilidade de horário.

As aulas de apoio educativo visam permitir aos alunos, propostos para o efeito, ultrapassar as suas dificuldades/lacunas e/ou esclarecer as suas dúvidas.

É feita uma planificação anual para as aulas de apoio educativo. Contudo, esta é uma mera linha orientadora, uma vez que estas aulas devem ir ao encontro das dificuldades dos alunos que as frequentam.

13. AVALIAÇÃO

De acordo com a Portaria n.º102/2016, de 18 de outubro, a «avaliação é um elemento integrante e regulador da prática educativa, permitindo uma recolha sistemática de informação destinada a apoiar a tomada de decisões adequadas à promoção da qualidade das aprendizagens».

A avaliação visa, conforme estabelece a referida Portaria:

- «a) Apoiar o processo educativo de modo a promover o sucesso dos alunos, permitindo o reajustamento do processo de ensino e aprendizagem, nomeadamente quanto à seleção de metodologias e recursos, em função das necessidades educativas;
- b) Certificar as aprendizagens e as competências desenvolvidas pelo aluno no final de cada ciclo e à saída do ensino básico, através da avaliação sumativa nas modalidades interna e externa;
- c) Contribuir para melhorar a qualidade do sistema educativo, possibilitando a tomada de decisões para o seu aperfeiçoamento e promovendo uma maior confiança social no seu funcionamento

A avaliação dos alunos incide sobre as aprendizagens e competências definidas nos currículos nacional e regional para as diversas áreas e disciplinas de cada ciclo, em particular sobre os programas em vigor para as diversas disciplinas.

A avaliação das aprendizagens destina-se, igualmente, a promover medidas no âmbito do Pro-Sucesso, que podem ser adotadas no acompanhamento e desenvolvimento das aprendizagens dos alunos do ensino básico, incentivando a existência de outras que a unidade orgânica defina no âmbito da sua autonomia».

Princípios da avaliação

«A avaliação das aprendizagens baseia-se nos seguintes princípios:

- a) Coerência entre os processos de avaliação e as aprendizagens e competências desenvolvidas, de acordo com os contextos em que ocorrem;
- b) Utilização de técnicas e instrumentos de avaliação diversificados;

- c) Primazia da avaliação formativa, com valorização dos processos de autoavaliação regulada, e da sua articulação com os momentos de avaliação sumativa;
- d) Valorização da evolução do aluno e do compromisso com o seu percurso educativo;
- e) Transparência e rigor do processo de avaliação, nomeadamente através da clarificação e da explicitação dos critérios adotados;
- f) Diversificação dos intervenientes no processo de avaliação».

13.1 CRITÉRIOS GERAIS DE AVALIAÇÃO

Para que o processo de avaliação seja o mais objetivo possível torna-se necessário uniformizar determinados procedimentos e terminologias. Assim, a EBI de Ginetes apresenta aos seguintes critérios gerais de avaliação:

Domínio das Atitudes/Comportamentos

- Participa;
- Cumpre regras;
- Revela responsabilidade;
- Revela autonomia.

Domínio da Aquisição das Aprendizagens/Conhecimentos

Os critérios gerais deste domínio foram definidos pelos Departamentos e grupos disciplinares conforme as especificidades das respetivas áreas curriculares.

13.2 CRITÉRIOS ESPECÍFICOS DE AVALIAÇÃO

Tendo por base os Critérios Gerais de Avaliação, foram também definidos Critérios Específicos de Avaliação por cada Ciclo/Departamento/Disciplina.

No início do ano letivo, o Conselho Pedagógico aprova os critérios de avaliação para cada ciclo e ano curricular, sob proposta dos Departamentos Curriculares.

PROJETO CURRICULAR DE ESCOLA

Estes critérios constituem referências comuns no interior da unidade orgânica, sendo operacionalizados pelos Conselhos de Núcleo ou pelos Conselhos de Turma.

Os critérios referidos anteriormente relativos ao 1º Ciclo encontram-se em anexo (anexo 2).

Relativamente ao 2º e 3º ciclos as ponderações a atribuir aos domínios das atitudes/comportamentos e das aprendizagens/conhecimentos são 20-80% para o 2º Ciclo e 15-85%, para o 3º Ciclo.

Quanto aos cursos de PROFIJ, as ponderações atribuídas são de 30% para o domínio das atitudes/comportamentos e 70% para o das aprendizagens/conhecimentos.

Nas turmas dos subprogramas Oportunidade II e Oportunidade III/Profissionalizante, a ponderação atribuída para ambos os domínios é de 40 – 60 %.

Nas turmas do Regime Educativo Especial - PCA I, II e III, PEREE DOV e PEREE PP, as ponderações atribuídas são de 40% para o domínio das atitudes/comportamentos e 60% para o das aprendizagens/conhecimentos.

Na área não curricular de Cidadania, os critérios específicos de avaliação têm um carácter qualitativo.

Cada grupo disciplinar tem posteriormente a função de aferir as ponderações a atribuir a cada um dos critérios correspondentes aos domínios referidos anteriormente, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

Devido ao seu número e extensão não serão incluídos no PCE, sendo de fácil consulta na *pasta* y nos diferentes departamentos curriculares, através da rede interna da escola.

Estes critérios deverão estar disponíveis na página eletrónica da Escola, e em pasta física no Conselho Executivo e/ou na reprografia da escola, sendo a sua divulgação da responsabilidade do Conselho Executivo.

13.3 INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

Deverão ainda ser tidos em conta os seguintes aspetos na avaliação das aprendizagens dos alunos:

- Provas Finais de 3º ciclo;
- Provas de Equivalência a Frequência em todas as disciplinas, nos finais de ciclos;
- Fichas de Avaliação Diagnóstica;

PROJETO CURRICULAR DE ESCOLA

- Fichas de Avaliação Formativa;
- Fichas de Avaliação Sumativa;
- Observação direta / Registos de observação;
- Outros definidos pelos Departamentos;
- Provas de Aferição (IAVE);
- Trabalhos escritos individuais ou de grupo.

13.4 MODALIDADES DE AVALIAÇÃO

«A **avaliação diagnóstica** realiza -se no início de cada ano de escolaridade ou sempre que seja considerado oportuno e visa fundamentar estratégias de diferenciação pedagógica, de superação de eventuais dificuldades dos alunos, de facilitação da sua integração escolar e de apoio à orientação escolar e vocacional.

A **avaliação formativa** é a principal modalidade de avaliação e:

a) Assume um carácter sistemático e contínuo e visa a regulação do ensino e da aprendizagem, com recurso a uma variedade de instrumentos de recolha de informação, de acordo com a natureza das aprendizagens e dos contextos em que ocorrem;

b) Permite ao professor, ao aluno, ao encarregado de educação e restantes intervenientes, obter informação sobre o desenvolvimento de aprendizagens com vista ao ajustamento de processos e de estratégias;

c) Da responsabilidade do professor, em interação com o aluno, na perspetiva da promoção da autoavaliação, em colaboração com os outros professores, no âmbito dos órgãos colegiais e ainda, sempre que necessário, com os serviços especializados de apoio educativo e com os encarregados de educação, devendo recorrer, quando tal se justifique, a registos estruturados.



A **avaliação sumativa** consiste na formulação de um juízo globalizante sobre a aquisição das aprendizagens do aluno e o desenvolvimento das competências definidas para cada disciplina e área curricular. A avaliação sumativa desdobra-se em avaliação sumativa interna e externa.

A **avaliação sumativa externa** é da responsabilidade do departamento do Governo Regional competente em matéria de educação em articulação com o Ministério da Educação e compreende a realização de provas de aferição e provas finais do 3º ciclo.

As provas de aferição não integram a avaliação interna, pelo que os seus resultados não são considerados na classificação final da disciplina.

As provas finais de ciclo complementam o processo da avaliação sumativa de final do 3.º ciclo, sendo os resultados das mesmas considerados para o cálculo da classificação final de disciplina.»

CALENDÁRIO DAS PROVAS DE AFERIÇÃO DO ENSINO BÁSICO 2018

(HORA LOCAL DOS AÇORES)

A disponibilização das fichas individuais de aluno e dos resultados globais das provas de aferição tem lugar até ao início do ano letivo de 2018/2019

FASE ÚNICA						
Entre 2 e 10 de maio	Entre 22 e 30 de maio	Entre 22 de maio e 5 de junho	6.ª feira 8 de junho	3.ª feira 12 de junho	6.ª feira 15 de junho	2.ª feira 18 de junho
2.º ano Expressões Artísticas (27) Expressões Físico-Motoras (28)	5.º ano Educação Musical (54) Educação Visual e Educação Tecnológica (53)	8.º ano Educação Física (84) Educação Visual (83)	9h00 - 5.º ano Português (55) Português Língua Segunda (52)	9h00 - 8.º ano Matemática (86)	9h00 - 2.º ano Português e Estudo do Meio (25)	9h00 - 2.º ano Matemática e Estudo do Meio (26)

CALENDÁRIO DE PROVAS FINAIS DO 3.º CICLO DO ENSINO BÁSICO 2018

(HORA LOCAL DOS AÇORES)

Horas	1.ª FASE			2.ª FASE		
	3.ª feira 19 de junho	6.ª feira 22 de junho	4.ª feira 27 de junho	5.ª feira 19 de julho	6.ª feira 20 de julho	2.ª feira 23 de julho
8h30	9º Ano PLNM (93) (94)	9º Ano Português (91) Português Língua Segunda (95)	9º Ano Matemática (92)	9º Ano PLNM (93) (94)	9º Ano Português (91) Português Língua Segunda (95)	9º Ano Matemática (92)



«A **avaliação sumativa interna** é da responsabilidade conjunta dos órgãos de gestão e de coordenação pedagógica, dos professores que compõem o conselho de turma ou do professor titular, aos quais compete operacionalizar os critérios aprovados pelo conselho pedagógico, que se constituem referenciais comuns no interior da escola. Concretiza-se no final de cada período letivo e/ou no final do ano letivo com provas de equivalência à frequência».

13.5 FORMALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO

13.5.1 Educação Pré-Escolar

Como é mencionado nas Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar (2016, p. 16) “ a avaliação na educação pré-escolar é reinvestida na ação educativa, sendo uma avaliação *para* a aprendizagem e não *da* aprendizagem”, assim procede-se a uma avaliação formativa, na qual o educador deve recolher informação para tomar decisões sobre a prática e adequar, se necessário, o processo educativo às necessidades de cada uma das crianças e do grupo em geral. Cada educador escolhe intencionalmente diferentes formas de registar o que observa das crianças a partir da sua reflexão estabelece a progressão das aprendizagens a desenvolver com cada criança. Neste sentido, a avaliação é o suporte básico do planeamento. No final de cada período escolar, compete ao educador a quem esteja atribuída a sala, proceder à avaliação contínua do desenvolvimento de cada criança e das aprendizagens concretizadas, recorrendo ao preenchimento do documento criado pelo respetivo departamento e homologado pela unidade orgânica, designado de Registo de Aprendizagens. Neste documento, de carácter descritivo, é atribuída uma menção de *não adquirido*, *emergente* ou *adquirido* a cada uma das competências elencadas.

13.5.2 Formalização da avaliação sumativa

«No 1.º ciclo do ensino básico, a informação resultante da avaliação sumativa expressa-se de forma descritiva e qualitativa em todas as áreas curriculares, de acordo com as menções de *Muito Bom*, *Bom*, *Suficiente* e *Insuficiente*.



A avaliação sumativa final é atribuída no final do 3.º período pelo professor titular em articulação com os restantes professores da turma, quando existam, no 1.º ciclo, e pelo conselho de turma nos 2.º e 3.º ciclos.

A informação resultante da avaliação sumativa nos 2.º e 3.º ciclos expressa-se:

a) Numa escala de 1 a 5, em todas as disciplinas, podendo ser acompanhada, sempre que se considere relevante, de uma apreciação descritiva sobre a evolução do aluno;

b) Numa menção qualitativa de *Muito Bom*, *Bom*, *Suficiente* e *Insuficiente* nas áreas curriculares não disciplinares, a qual pode ser acompanhada, sempre que se considere relevante, de uma apreciação descritiva sobre a evolução do aluno.

A informação resultante da avaliação sumativa dos alunos do ensino básico com currículo específico individual ou similar, nas disciplinas e áreas disciplinares específicas, expressa-se numa menção qualitativa de *Muito Bom*, *Bom*, *Suficiente* e *Insuficiente*, acompanhada de uma apreciação descritiva sobre a evolução do aluno.

Nos 7.º e 8.º anos de escolaridade, a avaliação sumativa das disciplinas de Educação Tecnológica e da área de Educação Artística, são organizadas em regime semestral e processa-se do seguinte modo:

a) O professor da disciplina entrega as propostas de avaliação do 1.º semestre ao diretor de turma e ao órgão executivo, sendo as avaliações registadas em ata na reunião do 2.º período.

b) As propostas de avaliação referidas na alínea anterior estão sujeitas a aprovação do conselho de turma de avaliação no final do 3.º período.»

No final do ano letivo, nos **anos não terminais de ciclo**, a progressão ou retenção do aluno expressa-se através das menções: **transitou** e **não transitou** respetivamente; nos **anos terminais de ciclo**, através das menções: **aprovado** e **não aprovado**.

13.6 PROCEDIMENTOS DA AVALIAÇÃO

Os critérios gerais de avaliação e os critérios específicos de cada disciplina, depois de aprovados em Conselho Pedagógico, deverão estar sempre disponíveis para toda a comunidade escolar, nomeadamente através da página da Internet da escola, sendo a sua divulgação da responsabilidade do Conselho Executivo.

Os alunos e encarregados de educação devem ser informados e esclarecidos sobre todo o processo de avaliação (critérios, instrumentos, modalidades), no início do ano letivo e ao longo de todo o processo.

Relativamente à ficha de avaliação sumativa, deverão respeitar-se os seguintes princípios:

- Da correção da ficha de avaliação sumativa deve constar a cotação atribuída a cada questão, a classificação e percentagem;
- As fichas de avaliação deverão ser corrigidas e entregues aos alunos no prazo máximo de dez dias úteis, sendo obrigatória a sua entrega no horário normal da turma;
- Nos restantes instrumentos, é obrigatório o registo e comunicação aos interessados, da avaliação efetuada;
- Cada turma não deverá realizar mais do que uma ficha de avaliação por dia, e três testes por semana;
- No sentido de operacionalizar o estipulado no ponto anterior, deverão ser registadas na agenda do TProfessor as datas das fichas;
- É vedada a realização de uma nova ficha de avaliação antes da anterior ser corrigida e entregue;
- Na resolução da ficha de avaliação, os alunos deverão usar caneta azul ou preta;
- Não é permitido o uso de corretor;
- Utilizar caneta verde ou vermelha na correção das fichas de avaliação.

A avaliação final de cada período é registada em pauta afixada na escola e em fichas de informação entregues aos Encarregados de Educação, sendo a cópia arquivada no processo individual do aluno.

14. CONDIÇÕES DE TRANSIÇÃO E APROVAÇÃO

No final do ano letivo a avaliação sumativa dá origem a uma tomada de decisão sobre a progressão ou a retenção do aluno, expressa através das menções, respetivamente, de Transitou ou de Não Transitou, no final de cada ano de escolaridade, e de Aprovado ou de Não Aprovado, no final de cada ciclo.

14.1 EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Segundo o constante na Portaria n.º 75/2014 de 18 de novembro (RGAPA), ingressarão no 1.º ciclo do ensino básico as crianças que completem 6 anos até 15 de setembro. A matrícula das crianças que completem 6 anos de idade entre 16 de setembro e 31 de dezembro deve ser aceite a pedido do encarregado de educação, em requerimento dirigido ao presidente do conselho executivo da respetiva unidade orgânica, sem qualquer outra formalidade.

Na educação Pré-Escolar existem ainda duas situações distintas:

Antecipação de matrícula, artigo 9.º

- 1 - Por requerimento do encarregado de educação, a apresentar até 31 de maio do ano anterior àquele para o qual a matrícula é pretendida, devidamente fundamentado, pode ser autorizada a matrícula no ensino básico da criança que revele uma precocidade global que aconselhe o ingresso mais cedo do que é preconizado no regime educativo comum.
- 2 - O requerimento referido no número anterior é dirigido ao presidente do conselho executivo, acompanhado de parecer de um serviço de psicologia e orientação.
- 3 - O parecer referido no número anterior integra, obrigatoriamente, uma avaliação psicológica, pedagógica e social, ou outras que se revelem necessárias em virtude das características da criança.
- 4 - Respeitada a tramitação estabelecida nos números anteriores, a decisão é da competência do conselho executivo, cabendo recurso para o diretor regional competente em matéria de educação.



Adiamento da matrícula, artigo 10.º

1 - Por requerimento devidamente fundamentado do encarregado de educação, a apresentar até 31 de maio do ano anterior àquele para o qual a matrícula é obrigatória no 1.º ciclo do ensino básico, pode ser autorizado o adiamento, por um só ano, do ingresso da criança que revele necessidades educativas especiais resultantes de um atraso ao nível do desenvolvimento global, cujo efeito no percurso escolar do aluno possa ser minorado pela sua retenção na educação pré-escolar.

2 - O requerimento referido no número anterior é dirigido ao presidente do conselho executivo acompanhado de parecer de um serviço de psicologia e orientação.

3 - O parecer referido no número anterior integra, obrigatoriamente, uma avaliação psicológica, pedagógica e social, ou outras que se revelem necessárias em virtude das características da criança.

4 - Respeitada a tramitação estabelecida nos números anteriores, a decisão é da competência do conselho executivo.

5 - Da decisão cabe recurso para o diretor regional competente em matéria de educação.

Decisão de transição e de progressão

As decisões de transição e de progressão do aluno para o ano de escolaridade seguinte e para o ciclo subsequente revestem-se de carácter pedagógico, devem respeitar o princípio da avaliação sumativa e são tomadas sempre que o professor titular de turma, no 1.º ciclo, ou o conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos, considerem:

- **Nos anos terminais de ciclo**, que o aluno adquiriu os conhecimentos e desenvolveu as competências necessárias para prosseguir com sucesso os seus estudos no ciclo subsequente, sem prejuízo do estabelecido para as condições de aprovação dos alunos que realizam provas de equivalência à frequência;

- **Nos anos não terminais de ciclo**, que o progresso no desenvolvimento das aprendizagens demonstrado pelo aluno permite perspetivar que os conhecimentos e as competências essenciais definidas para o final do ciclo serão atingidos;

14.2 - 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO

No 1.º ano de escolaridade não há lugar a retenção, exceto nas seguintes situações:

- Estão sujeitos a retenção os alunos em situação de incumprimento reiterado do dever de assiduidade e quando este redonda em falta de aproveitamento escolar no final do ano letivo;
- Considera-se incumprimento reiterado do dever de assiduidade os alunos que ultrapassem o limite de faltas injustificadas nos termos do estipulado no art.º 33.º do Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/2013/A, de 23 de agosto.

Após cumpridos os procedimentos previstos no Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário, o professor titular da turma, em articulação com o conselho de núcleo, pode decidir pela retenção do aluno.

No final do 1º ciclo, o aluno será Não Aprovado se tiver obtido:

- Menção Insuficiente nas disciplinas de Português ou PLNM e de Matemática;
- Menção Insuficiente em Português ou PLNM ou em Matemática e cumulativamente menção Insuficiente em duas das restantes disciplinas.

A avaliação da área curricular disciplinar de Língua Estrangeira no 1º ciclo do ensino básico não revela para efeitos de progressão ou retenção.

14.3 - 2.º E 3.º CICLOS DO ENSINO BÁSICO

ANOS NÃO TERMINAIS DE CICLO

A decisão de progressão do aluno deverá ser tomada sempre que o Conselho de Turma considere que o progresso no desenvolvimento das competências demonstradas pelo aluno permite perspetivar que as competências essenciais definidas para o final de ciclo serão atingidas.

A retenção dos alunos nos 5.º, 7.º e 8.º anos faz-se desde que os mesmos obtenham uma classificação final de 3 ou mais níveis inferior a três.

ANOS TERMINAIS DE CICLO

A decisão de progressão de um aluno é uma decisão pedagógica e deverá ser tomada sempre que o Conselho de Turma considere que o aluno desenvolveu as competências necessárias para progredir com sucesso os seus estudos no ciclo de escolaridade subsequente.

No 6.º e 9.º ano os alunos progridem se não tiver obtido:

- Classificação inferior ao nível três nas disciplinas de Português ou PLNLM e de Matemática;
- Classificação inferior ao nível 3 em 3 ou mais disciplinas.

Não são consideradas para efeitos de progressão dos alunos:

A disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica, as áreas de Formação Pessoal e Social, Curriculares de enriquecimento e curriculares não disciplinares.

As áreas curriculares disciplinares de carácter facultativo e as do ensino vocacional artístico que tenham substituído áreas curriculares disciplinares do currículo educativo comum.

No final do 3.º ciclo do ensino básico, a não realização das provas finais por alunos do ensino básico regular implica a sua não aprovação neste ciclo.

Sem prejuízo do estipulado no Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário em matéria de assiduidade, estão sujeitos a retenção os alunos em situação de incumprimento reiterado do dever de assiduidade quando este redonda em falta de aproveitamento escolar no final do ano letivo.

Nos 1.º e 2.º ciclos, a retenção traduz-se na repetição de todas as áreas curriculares ou disciplinas do ano em que o aluno ficou retido.

No 3.º ciclo, tanto em anos terminais como em anos não terminais, a retenção pode traduzir-se:

- a) Na repetição de todas as áreas curriculares ou disciplinas do ano em que o aluno ficou retido;

PROJETO CURRICULAR DE ESCOLA

- b) Na repetição apenas das áreas curriculares ou disciplinas a que o aluno com idade igual ou superior a 15 anos não obteve sucesso, mediante a autorização do encarregado de educação ou do aluno quando maior de idade.

Os alunos que se encontram a frequentar algumas áreas curriculares ou disciplinas do 3.º ciclo, sem prejuízo do estabelecido para as condições de aprovação dos alunos que realizam provas de equivalência à frequência, estão sujeitos ao cumprimento do estabelecido sobre a avaliação sumativa externa.

Os casos de segunda retenção no mesmo ano de escolaridade são alvo de parecer do Conselho Pedagógico que analisa, para o efeito, a informação disponibilizada pelo Conselho de Turma, cabendo a decisão final ao órgão executivo.

A decisão de retenção de um aluno deve ter em conta as seguintes condições:

Em qualquer retenção, o professor titular da turma/conselho de turma deverá preencher um formulário de retenção, identificando as aprendizagens e competências não desenvolvidas pelo aluno, a considerar no conselho de turma do ano seguinte.

14.4 PROFIJ

No que concerne ao PROFIJ, os formandos progridem desde que tenham, anualmente, média positiva (igual ou superior a dez valores), em cada uma das componentes de formação. No caso de não o conseguirem, poderão inscrever-se para realizarem PEA(s) (Prova de Especial de Avaliação) ao Domínio de Formação ou UFCD (Unidade de Formação de Curta Duração).

Poderão realizar PEA(s) a dois Domínios da Componente de formação Sociocultural, a um Domínio da Componente de formação Científica e a duas UFCD(s) da Componente de formação Tecnológica, podendo no entanto em situações excecionais realizar outra(s) desde que fundamentadas pelo conselho de turma.

A classificação da componente de formação prática em contexto de trabalho (estágio) não pode, no final de cada ano do curso, ser inferior a dez valores.

Os formandos serão aprovados se na Prova de Avaliação Final (PAF) tiverem classificação igual ou superior a dez valores.

14.5 AVALIAÇÃO E DURAÇÃO DO PROGRAMA OPORTUNIDADE

De acordo com os art. 6º e 9º da Portaria n.º 60/2013, de 1 de agosto:

“1-A avaliação dos alunos do Programa Oportunidade é predominantemente formativa, permitindo a obtenção de informação sobre o desenvolvimento das competências definidas para cada subprograma, com vista ao ajustamento de processos e de estratégias de ensino e de aprendizagem.”

“3-Nos subprogramas Oportunidade II, III e Profissionalizante, a avaliação sumativa tem carácter descritivo e quantitativo em todas as áreas curriculares, expressa numa escala de níveis de 1 a 5, exceto nas áreas de Formação Pessoal e Social e de Projeto Formativo, cuja avaliação tem carácter descritivo e qualitativo, de acordo com as menções de Não Satisfaz, Satisfaz, Satisfaz Bem e Satisfaz Muito Bem. “

“4-Sempre que a segunda retenção ocorre em ano terminal de ciclo do ensino regular, em alternativa à integração do aluno no Programa Oportunidade, deve ser privilegiada a manutenção, por mais um ano, do aluno naquela modalidade de ensino.”

“5-A avaliação sumativa, quando realizada no final da frequência do subprograma, dá origem a uma decisão pedagógica sobre a aprovação ou não aprovação do aluno e expressa-se através das menções, respetivamente, de Aprovado ou Não Aprovado.”

“7-Sempre que, ao longo do ano letivo ou no seu termo, o aluno realizou as aprendizagens e adquiriu os conhecimentos necessários e correspondentes ao ano de escolaridade em que ficou retido, deverá ser, de imediato e sem outros formalismos, integrado no ano de escolaridade subsequente ao qual ficou retido.”

“8-Não é permitida a transição direta de um subprograma para outro subprograma, sem frequência do ensino regular.”

“9-Excetua-se do disposto no número anterior os alunos que, após frequência do ano suplementar do subprograma Oportunidade III, não reúnem os requisitos para aprovar no ano escolaridade em que ficou retido no 3.º ciclo, transitando para o subprograma Oportunidade Profissionalizante.”



Subprograma Oportunidade II

1-A frequência do subprograma Oportunidade II termina obrigatoriamente quando o aluno realizou as aprendizagens e adquiriu os conhecimentos necessários para prosseguir com sucesso os seus estudos no ano de escolaridade subsequente ao qual ficou retido ou no 3.º ciclo do ensino básico.

3-A aprovação dos alunos do subprograma Oportunidade II pode ocorrer a qualquer momento do ano letivo ou no final do mesmo, desde que o conselho de turma considere que o aluno adquiriu os conhecimentos necessários para prosseguir com sucesso os seus estudos no 3.º ciclo do ensino básico.

Subprograma Oportunidade Profissionalizante

A frequência do subprograma Oportunidade Profissionalizante cessa:

- a) Quando o aluno atingir a idade limite da escolaridade obrigatória de 18 anos;
- b) Com a Conclusão do 3.º ciclo do ensino básico.

Segundo o constante no n.º 2 do art.º 18º da Portaria n.º 60/2013, de 1 de agosto:

“A aprovação dos alunos do subprograma Oportunidade Profissionalizante pode ocorrer no final de qualquer ano da sua frequência, desde que o conselho de turma considere que o aluno realizou as aprendizagens e adquiriu os conhecimentos necessários para a conclusão do 3.º ciclo do ensino básico.”

14.6 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO REGIME EDUCATIVO ESPECIAL

Programa Ocupacional

A avaliação terá como referente o expresso em cada um dos Projetos Educativos Individuais.

No final de cada período, será elaborado um Relatório Circunstanciado de forma descritiva e qualitativa, dos comportamentos, das atitudes e das competências alcançadas por cada aluno em cada uma das áreas.



PEREE DOV

No final dos períodos, será preenchido um Formulário de Avaliação Trimestral, o qual expressará a avaliação das respostas educativas aplicadas ao aluno, bem como a avaliação qualitativa (Insuficiente / Suficiente / Bom / Muito Bom) das suas competências. A equipa pedagógica (conselho de turma) apoiada pela técnica superior do serviço de psicologia e orientação, elabora no decorrer do último período do ano letivo um Relatório Circunstanciado de avaliação, no qual conste a evolução do aluno, estabelecendo as características técnico-pedagógicas da intervenção a seguir no ano subsequente. O referido relatório deverá recomendar a continuação do aluno no Programa de Despiste e Orientação Vocacional; a transição do aluno para o Programa Ocupacional; a transição do aluno para o Programa Pré-Profissionalização; ou a inclusão do aluno no currículo comum do ensino regular, sem prejuízo de adoção de outras medidas no âmbito do Regime Jurídico da Educação Especial e do Apoio Educativo.

PEREE PRÉ-PROFISSIONALIZAÇÃO

A avaliação dos alunos respeitará os seguintes princípios:

- Proporcionar elementos para uma avaliação formativa e contínua do aluno em todas as componentes da estrutura curricular. As tarefas e registos realizados pelos alunos, no decurso das suas atividades, serão considerados elementos de avaliação.
- Sem prejuízo da avaliação se exercer de forma contínua, a periodicidade da avaliação formal deverá ser efetuada com carácter globalizante em três momentos, coincidentes com os períodos letivos, referindo-se a última aos resultados das aprendizagens efetivadas ao longo do ano letivo em cada módulo e área de competência;
- A transição de ano implica aprovação conjunta nos três módulos de formação, podendo, todavia, ser autorizada a repetição, das mesmas quando tal se mostre necessário;
- As classificações têm notação descritiva e qualitativa sob a forma de Satisfaz e Não Satisfaz.
- Aos alunos que concluem o programa com menção de Satisfaz, para além do certificado emitido nos termos do artigo número 83º de Certificação dos alunos do Regime Educativo Especial-Portaria nº75/2014 de 18 de novembro inserido no RGAPA (Regulamento de Gestão Administrativa e Pedagógica dos Alunos). Deverá a unidade orgânica emitir um certificado detalhado das competências adquiridas pelo aluno.



- Mediante proposta fundamentada da equipa pedagógica responsável pela execução do programa, sempre que se detetem evidências correspondentes ao 2º Ciclo do Ensino Básico, poderá ser emitido o correspondente certificado de conclusão do ciclo, por decisão do Presidente do Conselho Executivo da unidade orgânica.
- Os alunos que não tenham concluído com sucesso o programa, terminam obrigatoriamente o seu percurso escolar no momento em que perfazem 18 anos de idade, havendo lugar à emissão do certificado previsto no nº1 do artigo 83º.
- No final de cada ano letivo é elaborado um Relatório Circunstanciado (RC) onde estão sintetizados os progressos e dificuldades dos alunos e o encaminhamento com medidas a tomar no ano seguinte de forma a colmatar ou melhorar as suas competências.

TURMAS PCA I, II E III

Os alunos integrados em turmas de projeto curricular adaptado são avaliados de acordo com o estabelecido no regulamento aplicável à modalidade de ensino seguida e não pode pôr em causa as orientações curriculares, aprendizagens e competências definidas para o correspondente nível ou ciclo de ensino. Desta forma, a avaliação destes alunos segue os mesmos regulamentos e procedimentos do ensino regular, correspondentes ao ciclo em que se encontram. Os discentes integrados nestas turmas realizam as provas finais nacionais ou a nível de escola, dos correspondentes anos terminais do ciclo do ensino regular.

15. FORMAÇÃO

A formação contínua é uma necessidade básica em qualquer área de atuação profissional e humana. O desenvolvimento e aperfeiçoamento pessoal são uma condição indispensável ao sucesso em qualquer desempenho.

O exercício de funções do pessoal docente e não docente exige uma permanente atualização de conhecimentos e de metodologias. Tal implica que o pessoal docente e não docente deva participar regularmente em ações de formação contínua que permitam dar resposta às suas necessidades específicas de formação. Tendo em conta, para além do seu perfil pessoal e profissional, o Projeto Educativo de Escola, as necessidades dos alunos e as tarefas que executam. Reconhecendo essa necessidade de formação, fica o pessoal docente e não docente obrigado à mesma para progressão na sua carreira. Para tal o Órgão de Gestão



terá de criar condições para dar cumprimento ao que está regulamentado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 25/2015/A, de 17 de dezembro para o pessoal docente e Decreto Legislativo Regional nº 11/2006/A, de 21 de março, para o pessoal não docente.

A formação poderá ser realizada de duas formas: formação interna, nomeadamente através do Centro de Formação da EBI de Ginetes (<https://sites.google.com/site/centrodeformacaoebiginetes/>) entidade certificada e coordenado pela prof. Conceição Medeiros, e formação externa.

Quer se trate de formação interna ou externa, os respetivos Planos de Formação devem conduzir à concretização dos princípios e objetivos traçados no PEE e às orientações curriculares definidas neste Projeto Curricular de Escola. Só têm sentido se decorrerem das necessidades de formação previamente inventariadas, tendo como meta a inovação das práticas educativas. Em suma, os Planos de Formação devem articular as dimensões individuais (motivação dos docentes) com os projetos de natureza coletiva (necessidades relativas ao contexto da Escola).

16. DIVULGAÇÃO DO PROJETO CURRICULAR DE ESCOLA

O PCE, após parecer favorável do Conselho Pedagógico e aprovação pela Assembleia de Escola, será devidamente divulgado, em cumprimento do Decreto Legislativo Regional n.º 13/2013/A, de 30 de agosto (Regime jurídico da criação, autonomia e gestão das unidades orgânicas do sistema educativo).

17. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO CURRICULAR DE ESCOLA

O PCE corresponde à concretização da política educativa definida no PEE. Neste contexto, a avaliação do PCE tem como objetivo promover o sucesso educativo e melhorar a qualidade das aprendizagens dos alunos, procurando igualmente identificar os pontos fortes e fracos, considerando estes últimos não como obstáculos, mas sim, como fatores de mudança.

A avaliação do PCE, competência do conselho pedagógico (cf. n.º 1, al. b) do artigo 63.º do Decreto Legislativo Regional n.º 13/2013/A, de 30 de agosto), deverá ser realizada



anualmente, por uma comissão de acompanhamento, com o propósito de acompanhar a sua execução, propondo, sempre que necessário, a sua reformulação.

A proposta de reformulação do Projeto Curricular de Escola referente ao ano letivo de 2017/2018 foi aprovada em reunião de Conselho Pedagógico, realizada a 2017.11.29.

A Reformulação do Projeto Curricular de Escola foi aprovada em reunião de Assembleia de Escola, realizada em-----.

A Presidente do Conselho Pedagógico

A Presidente da Assembleia de Escola

Cláudia Barata

Maria Gorete Xavier



Anexos

ANEXO 1

1.OBJETIVOS GERAIS DO PROSUCESSO DA EBI GINETES

Constituem objetivos gerais do ProSucesso:

- Promover o sucesso escolar;
- Reduzir o número de situações de indisciplina;
- Fomentar a importância da escola na formação dos alunos;
- Promover o envolvimento dos pais e encarregados de educação na vida escolar dos seus educandos.

2. PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS PARA PROMOÇÃO DO PROSUCESSO DA EBI GINETES (ProSucesso E+)

a) PROF. DA – Professores qualificados na resolução de dificuldades de aprendizagem. Esta medida é importante porque é fundamental identificar atempadamente as dificuldades da criança e trabalhá-las de forma sistemática e individualizada para que se verifique uma melhoria significativa no seu processo de ensino-aprendizagem. Propõe-se que na implementação desta medida o professor titular identifique quais os alunos que necessitam de apoio e transmita essa informação ao professor DA, explicando as dificuldades apresentadas. Em seguida, este último procede ao diagnóstico para identificar quais as melhores estratégias para ultrapassar as dificuldades do aluno. Após este momento será elaborado pelo professor DA o plano de apoio, recorrendo a uma metodologia de trabalho diferente da utilizada na sala de aula, que deve ser seguido para que o aluno ultrapasse as suas dificuldades.

b) DIVERSIFICAÇÃO DA OFERTA FORMATIVA DE CARÁTER PROFISSIONAL E PROFISSIONALIZANTE- Tendo em consideração as características do meio e os interesses dos alunos desta unidade orgânica, torna-se necessário diversificar a oferta formativa, no sentido de despertar interesses, promover a aquisição de aprendizagens relevantes e atender às expectativas dos discentes. Alunos mais interessados são alunos mais empenhados e conscientes da importância da escola na sua formação. Como tal sugerimos que, para além dos



curso atualmente ministrados, sejam implementados cursos de carácter profissionalizante nas seguintes áreas: Agropecuária, Apoio à Infância, Auxiliares de Ação Educativa, Fruticultura, Geriatria e Turismo; através da contratação de formadores especializados.

c) **LER AÇORES** O hábito da leitura é um dos mais importantes para o desenvolvimento do intelecto e também o caminho mais curto para adquirir conhecimento. A leitura estimula o bom funcionamento da memória, aprimora a capacidade interpretativa, enriquece o vocabulário, desenvolve a criatividade e a imaginação e proporciona a aquisição de cultura, de conhecimentos e valores. Assim, na EBI de Ginetes, são propostas diversas atividades para dinamizar a leitura que constam no Plano de Promoção do Sucesso E+ (Educar Mais).

d) **PROGRAMA DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA EM MEIO ESCOLAR**- Apesar de a escola não ter ocorrências de bullying declaradas, consideramos que quaisquer formações nesta área serão uma mais-valia para a comunidade escolar. Como medidas de prevenção à violência em meio escolar, a EBI de Ginetes continuará a dinamizar ações de sensibilização dentro e fora da sala de aula e a promover o cumprimento de regras e o acompanhamento dos alunos pelo Serviço de Psicologia e Orientação, pelos docentes destacados para o Gabinete de Orientação Disciplinar, pelo Conselho Executivo, e auxiliares de ação educativa.

e) **Apoio educativo para o Pré-escolar** - A implementação efetiva de apoio educativo nos jardins-de-infância da Escola Básica Integrada de Ginetes tem sido uma lacuna registada ao longo destes anos letivos. Sendo assim, os jardins-de-infância deverão beneficiar de um apoio educativo efetivo, contando com duas educadoras para esse fim. Devido à discrepância de quilómetros entre os jardins-de-infância da EBI de Ginetes, propomos que o apoio educativo seja definido da seguinte forma: - uma educadora para apoio aos alunos sinalizados dos jardins de infância das freguesias de Feteiras e Candelária, - uma educadora para apoio aos alunos sinalizados para os jardins de infância da localidade de Várzea, freguesias de Mosteiros e Sete Cidades. Para que estas atividades de compensação resultem, será imprescindível que nos recursos humanos afetos ao ensino Pré-escolar exista uma terceira docente que se dedique a fazer substituições para colmatar a falta de assiduidade dos docentes, quando esta se registar. Embora considerada uma oferta fundamental para o ProSucesso, neste ano letivo de 2015/16, não foi possível aplicar esta intenção por falta de recursos humanos.



f) Apoio educativo no primeiro ciclo para Português e Matemática- Em virtude da dispersão geográfica, da heterogeneidade ao nível do número de alunos e do número de turmas dos núcleos escolares do 1.º ciclo que integram a EBI de Ginetes, assim como, do meio onde a escola está inserida e da dificuldade que os encarregados de educação sentem em apoiar os seus educandos e em desenvolver hábitos de estudo, pretende-se implementar um modelo de apoio educativo diferenciado. Assim sendo, nos núcleos com turmas que integrem mais do que um ano de escolaridade, apresenta- -se a proposta de trabalho em regime de parceria pedagógica. Nos núcleos escolares onde todas as turmas apenas integrem um ano de escolaridade, propõe-se a existência de dois professores de apoio. Cada professor apoiará o grupo de alunos diagnosticado com dificuldades de aprendizagem de cada ano de escolaridade. Pretende-se implementar um modelo de apoio que dê continuidade ao trabalho feito em sala de aula pelo docente titular, seguindo a planificação dos conteúdos das diversas disciplinas, podendo variar de acordo com as necessidades específicas e de recuperação dos alunos.

g) Projeto “A Raiz do Sucesso”, da Iniciativa da Escola- O projeto “A Raiz do Sucesso” a ser implementado no segundo e terceiro ciclos, assenta num conjunto de medidas/estratégias que pretendem, essencialmente, promover o desenvolvimento de competências e auxiliar os alunos a ultrapassarem as suas principais dificuldades. Neste sentido, tal como todos os estudos recomendam, é necessário e primordial a deteção de situações relacionadas com dificuldades de aprendizagem o mais precocemente possível, tendo por base um rastreio generalizado que a escola deverá implementar junto da população estudantil em tenra idade, a saber: no pré-escolar e no primeiro ciclo. Para tal, e atendendo aos recursos humanos que a escola dispõe, é essencial o reforço da equipa do Serviço de Psicologia e Orientação da escola. Pretende-se que os alunos sejam acompanhados em todas as disciplinas, ditas de estudo, por pares (ou até trios) pedagógicos que garantiriam um apoio o mais individualizado possível, de modo a recuperarem as competências que até então não conseguiram desenvolver. Propõe-se ainda que, nos anos não terminais, nas turmas onde, no ano letivo anterior, se tenha verificado uma taxa de insucesso igual ou superior a cinquenta por cento e, nos anos terminais, nas unidades curriculares disciplinares de Português, Inglês e de Matemática, a possibilidade de desdobramento ou a existência de um par pedagógico para a leção, de modo a que se possa realizar um trabalho mais individualizado junto dos discentes. Tendo por base uma proposta apresentada pelos serviços governamentais competentes na área da educação no ano letivo anterior, propõe-se que todos os alunos



retidos frequentem apoios individualizados nas disciplinas onde tenham revelado maiores dificuldades, nomeadamente naquelas em que não obtiveram níveis positivos, aquando da lecionação da área curricular não disciplinar de Cidadania. Em síntese, será proposto para os segundo e terceiro ciclos a implementação das seguintes estratégias: - Aplicação de uma avaliação diagnóstica precoce de modo que se sinalizem, o mais cedo possível, os alunos com dificuldades; - Constituição de uma turma de recuperação nos anos de início de ciclo; - Nos anos não terminais, constituição de pares pedagógicos para as áreas curriculares com mais insucesso ($\geq 50\%$); - Nos anos terminais de ciclo, constituição de desdobramento ou de pares pedagógicos para Português, Inglês e Matemática; - Aumento do número de professores para apoio letivo suplementar nas áreas de Português, Inglês e Matemática; - Utilização de um segmento de Cidadania para atribuição de apoio aos alunos com mais dificuldades; - Implementação de uma avaliação contínua, na qual a avaliação dos alunos nos primeiro e segundo períodos é dada a conhecer numa escala de zero a cem por cento e no terceiro período na atribuição de níveis de um a cinco; Promoção de atividades de reforço das aprendizagens, dentro ou fora da sala de aula, e participação em concursos e/ou projetos promovidos por entidades externas; - Substituição da atividade letiva pelo desenvolvimento de atividades culturais, visitas de estudo, entre outros, durante dois a cinco dias no primeiro período.

h) Promover uma efetiva cultura de trabalho em sala de aula, em toda a escola, desde o órgão executivo, ao pessoal não docente, passando, essencialmente pelos docentes, deverá instituir uma cultura de trabalho, diversificação, rigor e empenho, de modo, a que cada discente se sinta incumbido de dar o seu melhor, independentemente da tarefa que esteja a desenvolver. Neste sentido, e em contexto de sala de aula, cada docente deverá adequar o seu trabalho aos discentes que tem pela frente, de modo a que os possa motivar para o sucesso. Toda a abordagem deverá assentar no reforço positivo, contudo, sempre que necessário, os alunos deverão ser confrontados com as suas atitudes e empenhos negativos e, caso seja necessário, responsabilizados por isso. Dever-se-á promover o trabalho de pares e/ou grupos e possibilitar, sempre que possível, o ensino pela descoberta e a utilização de recursos digitais adequados. Deverão ser definidos tutores para os alunos com maiores dificuldades, tutores estes que serão os colegas com maior nível de desempenho e que partilharão a mesa com o seu colega tutorado. Dever-se-á, ainda, ter uma atenção especial para com os discentes que revelem grandes limitações e para com aqueles que apresentem níveis de desempenho muito



elevados e que revelem interesse em conhecer mais do que aquilo que está previsto nos programas.

i) Política da escola em relação aos TPC- O trabalho de casa é uma ferramenta pedagógica de grande interesse e que deverá ser valorizada e não estigmatizada. É um meio de os alunos verificarem se adquiriram ou não as aprendizagens necessárias e de reforçarem as mesmas, para além de ser uma forma de sistematizar métodos de estudo regular. Deverá ter por base os vários níveis de desempenho, de modo a que os alunos possam evoluir como estudantes e cidadãos e não ser apenas uma lista repetitiva e padronizada de exercícios que levem, essencialmente, à mecanização dos processos. Têm efetivamente um papel de reforço das aprendizagens realizadas na sala de aula, já que, quando convenientemente realizados, são excelentes instrumentos para a consolidação das aprendizagens e em alguns casos é a única forma dos alunos adquirirem e desenvolverem hábitos e métodos de trabalho e estudo. Os trabalhos propostos não deverão provocar desigualdades e deverá ser dado a todos os discentes os recursos necessários para a sua realização autónoma.

j) Desdobramentos/Pares pedagógicos no ensino das ciências Nas disciplinas de Ciências Físico-Químicas e Ciências Naturais, nas turmas do terceiro ciclo, as aulas de noventa minutos serão realizadas em turnos. Apesar da legislação em vigor já contemplar os desdobramentos em turnos para turmas com vinte ou mais alunos, é praticamente inexecutável a consecução de atividades experimentais em turmas com um número superior a quinze discentes. Deste modo, e atendendo ao acima referido, devem ser feitos desdobramentos em turnos para todas as turmas com dezassete ou mais alunos. Tal prende-se com o desenvolvimento de competências relacionadas com a literacia científica e a componente experimental indissociável das áreas das ciências e que são essenciais para os nossos alunos, principalmente para aqueles que pretendem prosseguir estudos na área científica. Na impossibilidade de se concretizar a proposta anteriormente referida, a alternativa será então a contemplação de pares pedagógicos na aula de noventa minutos para se tornar exequível a realização de atividades experimentais no contexto de sala de aula, realizadas pelos alunos com a devida orientação dos docentes

k) Curso de verão para as línguas- A implementação de um curso de verão para as línguas tem por objetivo promover o desenvolvimento das competências essenciais das línguas, nomeadamente o Português e o Inglês, junto aos alunos que revelem grandes dificuldades na aquisição e aplicação de conhecimentos e nas expressões oral e escrita, permitindo, deste modo, que os discentes possam, no ano letivo seguinte, acompanhar os



conteúdos programáticos em questão. Numa fase inicial, este curso será dinamizado, durante as primeiras semanas de julho, na parte da manhã, pelos professores de Português e de Inglês dos segundo e terceiros ciclos que se voluntariem.

l) Sala A+ (Aprender Mais) – Sala de estudo A Sala A+ (Aprender Mais) pretende ser um espaço de frequência livre para todos os alunos que desejem estudar, esclarecer dúvidas, realizar trabalhos e/ou fazer os trabalhos propostos para casa. A sala funcionará com professores de diferentes áreas curriculares (como se fosse uma explicação individual ou em pequenos grupos), em cinco a seis segmentos semanais para o segundo ciclo e três segmentos semanais para o terceiro ciclo.

m) Reuniões de partilha de estratégias de ensino- As reuniões de partilha de estratégias de ensino serão agendadas pela equipa coordenadora do plano de promoção do sucesso E+ (Educar Mais), pelos Coordenadores dos Departamentos e/ou pelo Centro de Formação da unidade orgânica. Essas sessões visam a partilha de estratégias de ensino, bem como a construção, aplicação e avaliação de recursos pedagógicos e englobam igualmente o trabalho de equipa nos grupos disciplinares.

n) Gabinete de Orientação Disciplinar- O Gabinete de Orientação Disciplinar pretende ser um espaço de intervenção pedagógica que possibilite a melhoria do comportamento dos discentes no espaço escolar, não devendo, no entanto, substituir o papel dos diretores de turma, mas funcionar em articulação com estes e com o Conselho Executivo. As regras de funcionamento da sala de aula, definidas em Conselho de Turma, devem ser asseguradas por todos de forma rigorosa, sendo que a ordem de saída da sala de aula deve ser a última medida a tomar, depois de esgotadas todas as estratégias de resolução de conflitos. Nos espaços exteriores, docentes e auxiliares de ação educativa devem assegurar que as normas de conduta são devidamente respeitadas. O funcionamento do Gabinete de Orientação Disciplinar e os procedimentos a adotar, sempre que o comportamento dos alunos transgrida as normas estabelecidas no Regulamento Interno e na legislação em vigor, será dado a conhecer à comunidade educativa no início de cada ano letivo.

o) Formação- Esta unidade orgânica pretende implementar um plano de formação que continue a responder às necessidades diagnosticadas na população-alvo da comunidade educativa, de acordo com o projeto de formação. Com a oferta formativa, pretende-se contribuir, de alguma forma, para a melhoria da taxa de insucesso escolar dos alunos, promovendo a articulação entre os docentes dos três ciclos nas diferentes áreas curriculares; criando uma verdadeira CULTURA COLABORATIVA entre pares, estimulando o



desenvolvimento de uma COMUNIDADE APRENDENTE, em que todos aprendem com todos; dando a oportunidade aos pais e encarregados de educação de refletirem sobre os problemas que enfrentam na educação das nossas crianças e jovens e estabelecendo laços mais coesos entre a ESCOLA e as FAMÍLIAS, através deste processo formativo. As atividades formativas (ações de formação, ações de sensibilização, oficinas de formação, projetos, seminários e workshops), serão, portanto, específicas e direcionadas para: docentes, alunos, assistentes operacionais e técnicos, pessoal administrativo e pais/encarregados da educação.

p) Associação de Delegados de Turma- Com esta associação pretendemos promover o envolvimento dos alunos na vida escolar, através dos Delegados de Turma que, ao representarem as suas turmas, servirão de interlocutores entre estas e os respetivos professores ou outros órgãos da Escola. Por outro lado, ao participarem nos Conselhos de Turma, os alunos terão uma visão privilegiada sobre os problemas existentes e trocarão ideias sobre os mesmos, com vista a poderem contribuir para a promoção de um ambiente pedagógico eficaz e a fomentar o espírito de cooperação entre todos os intervenientes no processo educativo e um clima de trabalho propício na turma/escola.

q) Associação de Pais- A EBI de Ginetes tem encetado vários esforços no sentido de criar a Associação de Pais e Encarregados de Educação. Preetende-se com a criação desta associação que os Encarregados de Educação participem no quotidiano da escola, conforme legislação em vigor, e cooperem com toda a comunidade educativa, nomeadamente, apresentando propostas para a elaboração do Projeto Educativo de Escola e para o Plano Anual de Atividades.

r) Parcerias- A EBI de Ginetes tem celebrado várias parcerias e protocolos com diversas entidades que se têm revelado muito vantajosas para os nossos alunos, a saber: Bombeiros Voluntário de Ponta Delgada, Câmara Municipal de Ponta Delgada, Centro de Saúde, Direção Regional do Desporto/Complexo Desportivo das Laranjeiras, Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional, Juntas de Freguesia, Parque Natural de São Miguel/Ecoteca de Ponta Delgada, Polícia de Segurança Pública, Polícia Municipal de Ponta Delgada, Segurança Social e Universidade dos Açores.

ANEXO 2

Departamento do 1º Ciclo

Critérios de Avaliação

O **Domínio das Aprendizagens e Conhecimentos** contribui com um peso de **80%** para a avaliação das áreas curriculares e de **20%** no **Domínio das Atitudes e Comportamentos**.

Domínio das Aprendizagens e do Conhecimentos

MATEMÁTICA

COMPETÊNCIAS - CHAVE

Capacidade de reconhecer e interpretar problemas que surgem em diferentes âmbitos (familiares, sociais ou académicos), de os traduzir em linguagem e contextos matemáticos e de os resolver, adotando procedimentos adequados. Capacidade de interpretar, formular e comunicar os resultados, bem como uma atitude positiva, baseada no respeito pela verdade, na vontade de encontrar argumentos e na avaliação da respetiva validade.

Critérios	Anos				Instrumentos de Avaliação	Ponderação		
	1º	2º	3º	4º		1º/2º	3º/4º	
NÚMEROS E OPERAÇÕES								
Domina a leitura e a escrita de números inteiros.	X	X	X	X	Fichas de avaliação	40%	50%	
Domina a leitura e a escrita de números decimais e racionais não negativos.			X	X				
Relaciona números inteiros.	X	X	X	X				
Relaciona números decimais.			X	X				
Compõe e decompõe números.	X	X	X	X				
Representa números de acordo com as indicações dadas.	X	X	X	X				
Estabelece relações de grandeza entre números.	X	X	X	X				
Domina as diferentes operações.	X	X	X	X				
Domina o cálculo mental.	X	X	X	X				
Identifica a informação relevante e necessária para a elaboração de resolução de problemas	X	X	X	X				
Explica raciocínios utilizando uma linguagem matemática.	X	X	X	X				

GEOMETRIA E MEDIDA					<i>Trabalho de sala de aula:</i> - Participação oral; - Realização das atividades propostas	40%	30%	80%
Conhece as características das figuras geométricas.	X	X	X	X				
Identifica características de sólidos geométricos.	X	X	X	X				
Identifica e reconhece a planificação de sólidos geométricos.			X	X				
Conhece e classifica ângulos.				X				
Conhece e relaciona as diferentes unidades de medida.	X	X	X	X				
Utiliza as diferentes unidades de medida.			X	X				
ORGANIZAÇÃO E TRATAMENTO DE DADOS								
Lê e interpreta informação apresentada em tabelas e gráficos.	X	X	X	X				
Constrói tabelas e gráficos.			X	X				

PORTUGUÊS

COMPETÊNCIAS - CHAVE Capacidade de expressar e interpretar conceitos, pensamentos, sentimentos, factos e opiniões, tanto oralmente como por escrito (ouvir/ver, falar, ler e escrever), e de interagir linguisticamente de forma apropriada e criativa em situações de natureza diversa e em diferentes tipos de contextos.						
Critérios	Anos		Instrumentos de Avaliação	Ponderação		
	1º/2º	3º/4º		1º/2º	3º/4º	
COMPREENSÃO ORAL						
Sabe escutar para reproduzir pequenas mensagens e para cumprir ordens e pedidos.	X		<i>Fichas de avaliação</i>	40%	50%	
Presta atenção a pequenos discursos retendo o essencial da mensagem.	X					
Compreende o essencial de histórias contadas, de poemas e de textos da tradição oral.	X					
Sabe escutar para organizar e reter informação essencial.		X				
Distingue entre facto e opinião, informação implícita e explícita, o que é essencial do que é acessório.		X				
EXPRESSÃO ORAL						
Fala de forma clara e audível.	X	X				
Formula pedidos e perguntas tendo em conta a situação e o interlocutor.	X					
Narra situações vividas e imaginadas.	X	X				

Planifica e apresentar exposições breves sobre temas variados.		X	<i>Trabalho de sala de aula:</i> - Participação oral; - Realização das atividades propostas	40%	30%	80%
Produt breves discursos orais em português padrão com vocabulário e estruturas gramaticais adequados.		X				
LEITURA						
Lê com clareza textos variados com extensão e vocabulário adequados.	X					
Compreende e o essencial de textos lidos.	X	X				
Lê textos variados com fins recreativos.	X	X				
Lê diferentes tipos de textos e em suportes variados para obter informação e organizar conhecimento.		X				
Lê para formular apreciações de textos variados.		X				
Distingue entre facto e opinião, informação implícita e explícita, essencial e acessória.		X				
Lê em voz alta com fluência textos com extensão e vocabulário adequados.		X				
ESCRITA						
Escreve textos com respeito pelo tema, pelas regras básicas de ortografia e pontuação, assegurando a continuidade referencial e marcando abertura e fecho.	X	X X				
Recorre a técnicas para registar, organizar e transmitir informação.						
Utiliza processos de planificação, textualização e revisão, utilizando instrumentos de apoio, nomeadamente ferramentas informáticas.		X				
Escreve, em termos pessoais e criativos diferentes tipos de texto, como forma de usufruir do prazer da escrita.		X				
CONHECIMENTO EXPLÍCITO DA LÍNGUA						
Manipula e comparar dados para descobrir regularidades no funcionamento da língua	X	X				
Explicita dados e procedimentos nos diferentes planos do conhecimento explícito da língua.	X	X				
Respeita as diferentes variedades do português e reconhecer o português padrão como a norma que é preciso aprender e usar na escola e nas situações formais fora dela.		X				
Reconhece diferentes registos de língua e						



compreender em que contextos devem ser usados.		X			
Mobiliza o conhecimento adquirido na produção de textos orais e escritos.	X	X			

ESTUDO DO MEIO

COMPETÊNCIAS - CHAVE

Capacidade de mobilizar conhecimentos, processos e ferramentas para explicar o mundo físico e social, a fim de colocar questões e de lhes dar respostas fundamentadas. A competência em ciências e tecnologia implica a compreensão das mudanças causadas pela atividade humana e a responsabilização de cada indivíduo no exercício da cidadania.

Critérios	Anos		Instrumentos de Avaliação	Ponderação		
	1º/2º	3º/4º		1º/2º	3º/4º	
Conhece a sua identidade (pessoal e social).	X	X	Fichas de avaliação	40%	50%	80%
Conhece o corpo e normas de saúde.	X	X				
Conhece normas de segurança.	X	X				
Conhece princípios elementares do meio social.	X	X				
Compreende os elementos básicos do meio físico.	X	X				
Conhece aspetos do meio natural (seres vivos).	X	X	<u>Trabalho de sala de aula:</u> - Participação oral; - Realização das atividades propostas	40%	30%	
Conhece acontecimentos relativos à História (local, regional e nacional).		X				
Conhece aspetos relativos à Geografia (local, regional e nacional).		X				
Conhece o seu património histórico (local, regional e nacional).		X				
Realiza, observar e interpretar experiências simples.	X	X				
Utiliza vocabulário específico.	X	X				

Cidadania

COMPETÊNCIAS - CHAVE

Capacidade de conhecer, valorizar e respeitar os outros e o mundo, procurando uma harmonização entre direitos, interesses, necessidades e identidades individuais e coletivas. O desenvolvimento desta competência implica, ainda, a capacidade de participar de forma eficaz e construtiva em diferentes contextos relacionais, cooperando com os outros, exercendo direitos e deveres de forma crítica, responsável e solidária e resolvendo conflitos quando necessário, num quadro de defesa dos valores democráticos que garantem a vida em comum.

Critérios	Anos		Instrumentos de Avaliação	Ponderação		
	1º/2º	3º/4º		1º/2º	3º/4º	
Comunica assertivamente.	X	X	- Participação nas atividades propostas;	80%	80%	80%
Revela aptidão para resolver problemas.	X	X				
Demonstra capacidade de avaliar eticamente as ações individuais e coletivas.	X	X				
Concebe e operacionaliza projetos.	X	X				
Rentabiliza os recursos tecnológicos.		X				

Expressões Artísticas

COMPETÊNCIAS - CHAVE

Capacidade de compreender a sua própria cultura e as demais, desenvolvendo quer um sentimento de identidade quer o respeito pela diversidade cultural. No que diz particularmente respeito à vertente artística, esta competência implica a capacidade de comunicar e interpretar significados veiculados pelas linguagens das artes, promovendo a sensibilidade estética e o desenvolvimento emocional, valorizando a expressão individual e coletiva e a criação enquanto processo.

Expressão e Educação Musical

Critérios	Anos		Instrumentos de Avaliação	Ponderação		
	1º/2º	3º/4º		1º/2º	3º/4º	
Conhece sons, ritmos, melodias e gestos.	X	X	- Participação nas atividades propostas;	60%	60%	80%
Reproduz canções, lengalengas e rimas.	X	X				
Conhece e utiliza instrumentos musicais.	X	X	-Desempenho na realização das atividades	20%	20%	
Desenvolve progressivamente a expressividade do corpo e da voz.	X	X				

Expressão e Educação Dramática

Critérios	Anos		Instrumentos de Avaliação	Ponderação		
	1º/2º	3º/4º		1º/2º	3º/4º	80%
Improvisa e dramatiza histórias e situações do quotidiano.	X	X	- Participação nas atividades propostas;	60%	60%	
Compreende jogos de comunicação verbal e não verbal.	X	X				
Explora progressivamente a expressividade do corpo, da voz e do espaço.	X	X	-Desempenho na realização das atividades	20%	20%	
Participa e coopera nas atividades.	X	X				

Expressão e Educação Plástica

Critérios	Anos		Instrumentos de Avaliação	Ponderação		
	1º/2º	3º/4º		1º/2º	3º/4º	
Compreende formas, cores e técnicas.	X	X	- Participação nas atividades propostas;	60%	60%	80%
Conhece formas diversas de expressão.	X	X				
Utiliza técnicas simples de pintura, recorte, colagem, moldagem e dobragem.	X	X	-Desempenho na realização das atividades	20%	20%	
Produz trabalhos diversos.	X	X				

Utiliza e manipula diferentes materiais.

Domínio das Atitudes /Comportamentos

Ponderação	Crítérios	Instrumentos de avaliação
20%	- É pontual e pontual.	- Registos de pontualidade e assiduidade. - Grelhas de observação. - Registos de comportamento. - Grelhas de autoavaliação.
	- Demonstra atenção/concentração.	
	- Revela interesse/empenho.	
	- Realiza atividades de forma autónoma, empenhada e criativa.	
	- Apresenta hábitos de estudo.	
	- Relaciona-se com tolerância e respeito com os colegas, assistentes operacionais e professores.	
	- Revela método e organização.	
	- Respeita as regras da sala.	
	- Cooperar com os outros em tarefas e projetos comuns.	
	- Revela espírito crítico.	

Classificação das fichas de avaliação

Relativamente à correção de fichas de avaliação e outros trabalhos a menção qualitativa a atribuir será de acordo com a seguinte tabela:

Percentagem	Avaliação qualitativa
0 a 19%	Insuficiente
20 a 49%	Insuficiente
50 a 69%	Suficiente
70 a 89%	Bom
90 a 100%	Muito Bom

CRITÉRIOS PARA MENÇÃO QUALITATIVA

Domínio dos Conhecimentos e Competências (80%)	
Insuficiente	O aluno não demonstra conhecimentos, ou demonstra pouquíssimos, e não os aplica ou aplica-os com muita dificuldade, não realiza ou realiza com muita dificuldade as tarefas propostas.
Suficiente	O aluno demonstra alguns conhecimentos, aplica-os razoavelmente e realiza algumas das tarefas propostas com algum êxito
Bom	O aluno demonstra conhecimentos, aplica-os com facilidade, realiza as tarefas com facilidade.
Muito Bom	O aluno demonstra excelentes conhecimentos, aplica-os com extrema facilidade e realiza todas as tarefas com excelente desempenho.
Domínio das Atitudes e Comportamentos (20%)	
Insuficiente	O aluno não cumpre as regras, revela comportamentos inadequados, demonstra falta de interesse/empenho, falta de atenção/concentração, não coopera com os colegas, não tem métodos de estudo/trabalho.
Suficiente	O aluno cumpre algumas regras, revela um comportamento satisfatório, demonstra algum interesse/empenho, alguma atenção/concentração, coopera com os colegas, quando solicitado, tem alguns métodos de estudo/trabalho.
Bom	O aluno cumpre as regras, revela bom comportamento, demonstra interesse/empenho, atenção/concentração, coopera com os colegas, tem métodos de estudo/trabalho.
Muito Bom	O aluno tem uma postura exemplar em todos os parâmetros no domínio das atitudes e valores.

Ano Letivo
2017/2018

PROJETO CURRICULAR DE ESCOLA

